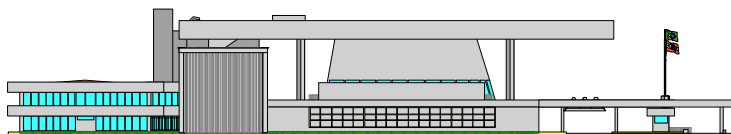


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 09 DE DEZEMBRO DE 2009

NÚMERO 6.123

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça (Peninha)
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.aleesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2123
1ª EDIÇÃO - 6 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 113ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 03/12/2009 2
Ata da 063ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 03/12/2009..... 15
Ata da 064ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 03/12/2009..... 17

Publicações Diversas

Audiência Pública..... 21
Aviso de Resultado..... 25
Extrato 25
Projetos de Lei..... 25
Requerimento 28
Retificação de Relatório e Voto...
..... 28

PLENÁRIO

ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darcy de Matos - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Vânio dos Santos.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO JAILSON LIMA - Elogia a sessão solene realizada em Siderópolis; aborda o projeto de resolução que regulamenta a concessão do adicional de insalubridade.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Relata dramas do cotidiano da população na busca de saúde; critica a tentativa de municipalização do ensino fundamental; refere-se ao aumento da violência no estado.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Tece comentários sobre o projeto de lei que regulamenta o pagamento por serviços ambientais.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Reporta-se à maricultura no estado e ao destino da rede de captação de esgoto do Ribeirão da Ilha.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Informa sobre estudo de oceanógrafos da Univali acerca da poluição nos costões de SC.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Avalia a importância do pagamento por serviços ambientais; dá notícia de encontro do ensino a distância em Lages.

Partidos Políticos

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Relata os problemas da escola indígena de Biguaçu.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Parabeniza o deputado Lício Mauro da Silveira pela resolução do problema da escola indígena de Biguaçu.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Levanta aspectos de obra de viaduto em Blumenau; cumprimenta equipe médica do Hospital Santa Isabel pelos 500 transplantes renais realizados; lamenta os episódios envolvendo o governador de Brasília em corrupção.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Afirma que os recursos federais para viaduto em Blumenau já foram agilizados.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Reclama do tratamento dado ao setor agropecuário,

notadamente o setor de carnes.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Defende a tese da inclusão de ostras e mariscos na merenda escolar.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Apoiar a ideia do deputado Edison Andrino e pede ajuda a seu projeto que pede a inclusão do pescado na merenda escolar.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Solidariza-se com o projeto do deputado Edison Andrino.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Elogia a iniciativa do deputado Edison Andrino.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Parabeniza o deputado Edison Andrino pela iniciativa do projeto.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Aborda o problema do saneamento em SC; fala do trabalho do Fórum Parlamentar em Defesa da Cultura; pede a retirada do projeto que trata da municipalização do ensino fundamental.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença de lideranças da pesca.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Apela aos deputados que compareçam ao plenário para a Ordem do Dia.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Ressalta a necessidade de ética na política.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Condena os políticos que envergonham a nação.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Afirma que os jovens não se interessam mais pela política.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença de dois vereadores do município de Major Vieira.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Indaga da Mesa Diretora onde se encontra projeto de sua autoria que institui o ICMS Ecológico.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Solicita um espaço para o pronunciamento de representantes da Unifebe, de Brusque.

Ordem do Dia

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Encaminha a votação do Pedido de Informação n. 0063/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solicita a realização de sessão extraordinária para votação das matérias em sede de segundo turno e redação final.

SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar os nobres deputados desta Casa, os funcionários da TVAL, os telespectadores e os ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Tivemos a oportunidade de participar, nesta terça-feira, de uma sessão solene na cidade de Siderópolis, promovida pelo nosso companheiro e amigo, deputado Valmir Comin, que tem sua base eleitoral definida, o centro das suas ações, na região sul e nela, aquela cidade.

Eu, que sou filho de Siderópolis, nasci naquela cidade, senti-me extremamente lisonjeado ao encontrar tantas figuras que foram importantes e continuam sendo na história do referido município.

Meu pai, João Maurício, de 80 anos, foi uma das figuras homenageadas, tendo em vista que foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Siderópolis até 1969, pela extinta Arena. E eu sou hoje um parlamentar do Partido dos Trabalhadores!

A sessão solene ocorreu no clube da cidade, que foi construído por meu pai quando era prefeito. O sr. Hugo Stopazzolli, pai do dr. Lúcio Stopazzolli da cidade Criciúma, também estava presente naquele evento. E eu, quando estudava Medicina, acompanhava-o no Hospital São José, assim como o meu avô Hercílio e o meu avô Maurício, também oriundos daquela terra.

Por isso parabéns, Siderópolis! Parabéns, deputado Valmir Comin, por marcar a passagem dos cem anos da primeira eleição naquele município, porque infeliz do povo que não registra a sua história.

A outra questão que eu gostaria de salientar desta tribuna, deputado Gelson Merísio, segundo-vice-presidente desta Casa, é que ontem deveria ter vindo a plenário, juntamente com os demais projetos que estavam em deliberação, o projeto de resolução que apresentamos à Mesa Diretora sobre o adicional de insalubridade a ser pago aos servidores da Assembleia Legislativa.

Estou salientando isso porque vou debater esse assunto até o final e o povo de Santa Catarina tem que estar presente nessa votação. O deputado José Natal apresentou uma emenda incorporando o adicional de insalubridade ao salário e à aposentadoria. Será um verdadeiro trem da alegria se isso acontecer nesta Casa!

E digo mais, deputado Sargento Amauri Soares, querer incorporar no salário do policial uma insalubridade no valor de mais de R\$ 3 mil...

Ontem conversei com um professor aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina, com três teses de doutorado defendidas, que já foi chefe do setor de pediatria e que recebe de aposentadoria R\$ 4.600,00.

Então, querer fazer emenda dizendo que risco é direito definitivo, deputado José Natal? Vamos debater isso até o final nesta Casa. Vamos defender o nosso projeto direito definitivo. Se for necessário, vou recorrer à Justiça, porque além de ser inconstitucional, é uma promiscuidade política no estado catarinense.

Deputada Ada De Luca, v.exa. tem uma história política de combate à ditadura. Conheço a sua história e a de Walmor De Luca. Então, gostaria de dizer que não podemos aceitar isso. E não me venha médico dizer que está ganhando mal, porque isso foi apresentado por médicos. Já haviam pedido isso à minha bancada, percorreram os gabinetes dos deputados do PT, percorreram os gabinetes dos deputados das outras bancadas para pedir que isso seja feito.

Vou debater até o final, porque quem incorporou não pense que vai ficar assim. Não pense! Puxei esse debate na maior serenidade. Aí vieram o Sindalesc e a Afalesc querendo fazer enquadramento. Agora vêm com essa de querer incorporar insalubridade no salário! Ganham mal os coitados! Querer incorporar mais de R\$ 3 mil na aposentadoria?! E o restante dos funcionários públicos? Os mais de 600 funcionários desta Casa que não recebem um centavo de insalubridade? E os que receberam indevidamente até agora e continuam recebendo?

Estou fazendo isso porque espero que essa matéria seja votada ainda este ano; estou fazendo isso porque se já houve essa insanidade, não vamos permitir, srs. deputados, que ela continue.

Portanto, peço a todos que façam uma reflexão serena e clara sobre o que isso representa no contexto ocupacional. Adicional de risco, povo catarinense, como o nome já diz, é direito quando o servidor está em risco. Quando sai do local de risco, não há mais risco; quando se aposenta, não há mais risco. E vêm querer propor isso?

Eu vi quanto se movimentaram. Estão no direito de fazê-lo. Agora, se existem funcionários nesta Casa é porque existem deputados, caso contrário não haveria Assembleia Legislativa.

Tem que ficar muito claro para todos que o nível desses que recebem insalubridade aqui, deputado Nilson Soares, é muito maior do que em outros órgãos. Quando comentamos isso, temos que fazer uma leitura real do que tudo isso representa. E com certeza faremos um bom debate, muito tranquilamente, porque esperamos na semana que vem encerrar esse assunto, já que estamos desde o mês de junho discutindo isso. Faz seis meses que estão onerando os cofres públicos desta Assembleia Legislativa, cujo patrão, o patrão dos deputados e dos

funcionários, é o povo catarinense, que paga os nossos salários.

Então, é uma pena que o povo catarinense como um todo não possa estar aqui se expressando sobre isso, porque tenho absoluta convicção de que nenhum cidadão em sã consciência aprovaria uma proposta dessas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos. O deputado estava inscrito e não foi chamado por esta Presidência por equívoco, por isso está refeita a ordem.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, inclusive pela compreensão. Eu estava exatamente nos fundos da mesa de condução dos trabalhos quando iniciou a sessão e por isso não fui visto no plenário. Então, o deputado Jailson Lima acabou sendo chamado.

Deputado Ismael dos Santos, parece que existem dias em que as coisas andam para trás, e hoje é um desses dias. Temos que encaminhar uma série de questões, mas acabamos por ter que resolver problemas, além de evidentes problemas pessoais de saúde na família. Ou seja, chegamos à Assembleia Legislativa e antes de chegarmos ao gabinete para encaminharmos qualquer coisa, darmos qualquer passo adiante, somos abordados por pessoas, cidadãos de bem, pedindo socorro para comprar uma lata de leite para uma criança que precisa desse leite por problemas de saúde.

Falei com uma servidora aposentada da área da Saúde no *hall* desta Casa e este é o dilema da vida dela: o neto tem uma doença rara e precisa de um leite e de uma medicação especial, que não se encontra nos postos de medicamentos básicos do Sistema Único de Saúde da rede pública estadual e municipal. E aí as pessoas procuram os deputados, os vereadores para resolver o problema. É uma calamidade pública uma situação como essa; é uma situação vexatória para um país que tem um sistema que pretende dar conta dos problemas de saúde da população, que pretende ser universal, para todos. Mas vemos pessoas trabalharem a vida toda e ter que vir conversar com um deputado, ter que procurar um secretário de estado, um vereador para resolver um problema desta natureza: um medicamento ou até um alimento, neste caso, uma lata de leite, que o neto precisa tomar para garantir a vida.

Enquanto isso, acompanhamos pela imprensa, cada vez mais espantado, uma farrá com o dinheiro público na meia, na cueca, na sacola, dentro da bolsa. Evidentemente que esse dinheiro é produzido pelo trabalho do povo brasileiro. "Mas era particular, foi a empresa que deu, foi a empreiteira que deu!" Não importa, é dinheiro ilegal, porque se fosse dinheiro legal, entraria pelo banco.

A empresa que está dando esse dinheiro para políticos está fazendo com o objetivo de ter alguma vantagem posterior ou como pagamento de uma vantagem que já obteve. E quem paga a conta é o conjunto da população. De qualquer forma, é um dinheiro que não é privado. É um dinheiro que foi produzido, uma riqueza que foi produzida pelo trabalho da nossa sociedade, dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Portanto, deveria ser tratado de forma pública. Fala-se em fazer reforma política. Mas é preciso fazer muito mais do que uma reforma política para resolver os problemas de picaretagem em nosso país.

Comecei falando sobre a Saúde, mas quero falar também na questão da Educação. Está em debate na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar n. 0014/2009, que trata da municipalização do ensino fundamental. A audiência pública da terça-feira foi clara e evidente. Ninguém consegue defender o projeto, a não ser o secretário da Educação, deputado Paulo Bauer. De todas aquelas centenas de pessoas que estavam lá, dezenas de prefeitos, dezenas até de deputados, dezenas de secretários municipais, Fecam, vereadores, ninguém conseguiu levantar um ponto positivo sequer do Projeto Complementar n. 0014/2009, que trata da municipalização do ensino fundamental. A não ser, evidentemente, o secretário da Educação, que é, possivelmente, autor do próprio projeto.

Naquela audiência pública, presidente, até citei a quantidade de ofícios e pedidos que os deputados recebem em seus gabinetes. No começo do ano letivo os ofícios e os pedidos pessoais e particulares são para garantir uma vaga numa creche. Depois, conforme o tempo vai passando, vêm as festas juninas, o Natal, o final de ano e chegam outros ofícios pedindo um brinde para fazer um bingo para garantir o funcionamento de uma creche comunitária ou até mesmo de escolas públicas, essas mesmas que querem municipalizar. As Associações de Pais e Professores mandam ofício porque vão fazer uma festa com bingo na escola para garantir o seu funcionamento, para garantir o material de limpeza básico.

E ainda assim, catarinenses, querem transferir tudo isso para o município, que já não dá conta da educação infantil, como é consenso dos próprios prefeitos e dos secretários municipais, porque o dinheiro do Fundeb é insuficiente. As prefeituras têm que colocar mais dinheiro para cada aluno, porque o dinheiro do Fundeb é insuficiente, porque os 25% para a Educação dos recursos orçamentários do município e do estado também são insuficientes. Mesmo assim querem transferir para o município a exclusividade da responsabilidade pela educação fundamental. Com isso, teremos, com certeza, nos próximos anos, a piora da Educação, enquanto todos discursam em nome de mais investimentos para a Educação, de mais investimentos para a Saúde.

Sr. presidente, demais parlamentares, não há como não falar, nesses dois minutos e meio que me restam, do crescimento da violência, eis que a cada semana são mais e mais notícias. A quantidade de assaltos é cada vez maior e ocorre cada vez mais perto da nossa casa, quando não dentro da nossa casa, na nossa rua, nas nossas cidades.

No último final de semana, conforme ouvi de um jornalista renomado da nossa capital, três policiais militares foram alvejados por disparos de arma de fogo. Felizmente só foram alvejados, porque é comum serem assassinados, como temos informado esta Casa. Um deles foi alvejado na serra enquanto fazia uma fiscalização contra a caça ilegal. Aliás, a caça é ilegal no Brasil, mas aprovou-se nesta Casa o desarmamento da Polícia Ambiental, apesar de havermos argumentado que isso iria tirar o poder de fiscalização daquela instituição. Por sorte havia uma equipe de televisão junto, porque senão possivelmente o soldado seria morto dentro da canoa, que desceria o rio e iria embora com corpo e tudo. E dificilmente se descobriria o assassino.

Mas, como disse, felizmente estava presente uma equipe de televisão da RBS, que filmou a ocorrência: a equipe dentro da

embarcação da Polícia Ambiental levando tiros que vinham das margens do rio, como uma caçada, com o revide apenas com uma única pistola de um soldado. Então, essa é a situação da violência em nosso estado.

O ex-prefeito Rudolph Giuliani, de Nova Iorque, veio aqui falar o óbvio, que é necessário unificar as instituições de segurança. Ora, em 2002/2003 isso estava no Programa dos Cem Dias do governo Luiz Henrique, que termina com as instituições de Segurança praticamente trocando tiros no estado de Santa Catarina. Não foi só uma vez que se andou apontando arma entre as instituições. Houve conflitos com a Guarda Municipal também, com a Polícia e toda essa questão que infelizmente não dá tempo para falar agora.

Então, é preciso refletir sobre segurança pública muito mais e discutir...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Romildo Titon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, srs. deputados, meus cumprimentos a todos aqueles que nos assistem no dia de hoje na Casa e também através da TVAL.

Quero, sr. presidente, reportar-me a um assunto de suma importância, eis que acabamos de entregar o relatório, no dia de ontem, do projeto de lei que regulamenta os serviços ambientais no estado de Santa Catarina, prevista no Código Ambiental, do qual tive a oportunidade de ser também o relator.

Na época tivemos a oportunidade de debater com a sociedade catarinense uma atitude pioneira no Brasil, em que o estado de Santa Catarina tomou a dianteira enfrentando um problema que todos os estados estão vivendo, que é a questão do Código Florestal Brasileiro, que não tinha mais condições de ser suportado pela agricultura, principalmente a de Santa Catarina. Mexemos com o Brasil, oportunizando um grande debate pelo país inteiro, com os estados na sua grande maioria tomando a atitude que Santa Catarina tomou, criando o seu código. Com isso o Congresso Nacional tomou também atitudes visando à mudança do Código Florestal Brasileiro.

Há poucos dias posicionei-me desta tribuna sobre a grande vitória que obtivemos ao fazer com que o ministro do Meio Ambiente voltasse atrás nas suas críticas e passasse a falar bem do Código Ambiental de Santa Catarina, do qual estão adotando dispositivos para enviar uma medida provisória ao Congresso Nacional criando critérios idênticos aos nossos.

Quando aprovamos aqui o Código Ambiental de Santa Catarina, o governo do estado tinha o compromisso de, em 180 dias, remeter a esta Casa a regulamentação do pagamento dos serviços ambientais. E fê-lo no prazo hábil. Eu sou o relator desse projeto e ontem entreguei o relatório para conhecimento dos srs. parlamentares. E se esse for o entendimento, provavelmente haveremos de votar esse projeto ainda este ano.

Mas queremos reportar-nos a duas emendas que apresentamos ao projeto do governo, porque quando fizemos o Código Ambiental previmos que o agricultor que preservasse uma área da sua propriedade, certamente teria o direito de receber algo por isso. Assim foi feito, mas de uma forma um pouco tímida pelo governo do estado, porque quando se referiu ao pagamento àquele que verdadeiramente está preservando, o governo

do estado colocou três artigos. O primeiro, classificando a forma como a pessoa poderia cadastrar-se para receber o pagamento dos serviços ambientais em três categorias. E quando se referiu exatamente ao pagamento, colocou que se o agricultor se encaixasse no art. 1º, receberia 100% da unidade referência; no 2º, 50% da unidade de referência; e no 3º, 20% da unidade de referência.

Aí nós nos perguntamos, deputado José Natal, o que seria a unidade de referência? A que unidade de referência o governo do estado estaria referindo-se? Não havia um parâmetro. Então, colocamos uma emenda da seguinte forma: que a unidade de referência tem que ser baseada em um produto que se produz em maior escala em Santa Catarina. Fizemos uma pesquisa para fazer algo que ficasse para sempre. Dentro da realidade de Santa Catarina, qual o produto que mais produzimos? O milho! Santa Catarina produz 3,5 bilhões de toneladas de milho por ano, contra 1 bilhão de toneladas de soja/ano. Na produção da soja estamos em 9º lugar no Brasil; na do trigo, em 3º lugar; mas na do milho estamos em 1º lugar.

Assim, buscamos uma unidade de referência na produção de milho. Quanto nós produzimos por hectare em Santa Catarina? Hoje produzimos em torno de 150 sacas por hectare. O cidadão que preservar terá o direito de receber pelo menos o arrendamento correspondente àquele hectare que está preservando.

A seguir, buscamos, meu amigo João, um agricultor lá de Tangará que está aqui nos assistindo, assim como os vereadores de Herval do Oeste, uma região altamente produtora do estado de Santa Catarina, a seguinte forma: aquele que está preservando terá o direito de receber 20% da produção. Se o meu amigo João, lá de Tangará, puder encaixar no seu terreno um hectare de preservação, terá o direito de receber a equivalência do arrendamento desse terreno. E se produzir 150 sacas de milho, terá o direito de receber 20% disso no ano, ou seja, 20 sacas de milho. E 20 sacas de milho com o preço equivalente ao mínimo estabelecido pelo governo! Não poderíamos colocar de outra forma porque o preço do milho é muito instável: num ano está muito alto, no outro está baixo. Por isso estabelecemos 30 sacas de milho cotadas ao preço mínimo do governo, que hoje está em R\$ 16,50. Esse valor vezes 30 sacas dá um total de R\$ 495,00 por hectare/ano, que o cidadão irá receber.

A nossa emenda foi elaborada no sentido de criar uma referência. A tal unidade de referência que o governo colocou no projeto se transformou em 30 sacas de milho por hectare que o cidadão deverá receber. Alguém poderá dizer: "Mas esse valor é pequeno!" Ora, 30 sacas de milho equivalem a um salário mínimo por ano, mais ou menos. Mas os outros estados, como estão? São poucos os estados brasileiros que possuem isso. O Espírito Santo é um estado que paga R\$ 156,00 de serviços ambientais por hectare por ano. É um valor irrisório! O município de Extrema, no estado de Minas Gerais, paga em torno de R\$ 150,00, se não me engano. Na França, deputado Edison Andrino, o governo paga US\$ 200 por hectare para quem preserva.

Então, ao comparamos Santa Catarina com alguns estados, deputado Professor Grando, v.exa. que é um grande defensor do meio ambiente, vimos que são poucos os que já criaram o pagamento dos serviços ambientais. E se olharmos o projeto de lei dos outros estados que regulamentaram o pagamento dos serviços ambientais,

veremos que não passam de cinco ou seis artigos. Em nosso estado o projeto de lei possui um número expressivo de artigos, mais de 20, que favorecem amplamente o nosso agricultor.

Portanto, acredito que cumprimos mais uma etapa do Código Ambiental de Santa Catarina e, se Deus quiser, vamos iniciar o ano com novidades no Congresso Nacional. Na próxima sexta-feira haverá uma audiência pública, em Chapecó, para tratar do Código Florestal Brasileiro, ocasião em que os deputados federais trarão esse debate para Santa Catarina. E vemos que o Congresso Nacional caminha na mesma direção que Santa Catarina, com os mesmos critérios, dando oportunidade para 90% dos produtores de Santa Catarina, os pequenos agricultores. O nosso estado tem apenas 1,3% do território brasileiro, mas é o quinto maior produtor do país e tem os seus agricultores agora salvos pelo nosso Código Ambiental!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, quero registrar a presença dos vereadores Joner Miguelão, Dirceu de Lima, Mauro Sérgio Martini e Júnior Adelar Arenhart, da cidade de Herval do Oeste.

Sejam bem-vindos a esta Assembleia, nossos companheiros de Parlamento.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, gostaria, primeiramente, de registrar a presença nesta Casa do presidente da Federação Brasileira da Pesca Artesanal, sr. Ivo da Silva; do presidente da Colônia Z-11, Ari Timóteo Sobrinho, da Barra da Lagoa, que já foi candidato a vereador; e do Vilmar Egidio Góes, o Ziquinho, que é pescador e já foi presidente da Colônia Z-11.

Por coincidência, sr. presidente, o assunto que eu vou falar na manhã de hoje nesta Casa diz respeito à pesca e à maricultura em Santa Catarina.

Primeiramente, quero fazer um apelo à comissão de Aquicultura e Pesca, que é muito bem dirigida e coordenada pelo deputado Padre Pedro Baldissera, no sentido de fazer uma reunião, quem sabe já na semana que vem, para pressionar o Ibama a rever, com urgência, uma portaria. Deputado Gelson Merisio, v.exa. é da região de Chapecó, onde o Ibama baixou uma portaria estabelecendo defeso para os pescadores da região do rio Uruguai, mas fez uma determinação só abrangendo o estado do Rio Grande do Sul. E v.exa., esta Casa e todos os deputados sabem que o rio Uruguai está no rio Grande do Sul e em Santa Catarina, inclusive há até um certo deboche e uma brincadeira por parte dos pescadores do Rio Grande do Sul, que dizem: "Olha, o Ibama nos deu o salário-defeso e esqueceu os pescadores de Santa Catarina".

Então, precisamos rever esse decreto que estabeleceu o defeso para os pescadores da baía do rio Uruguai, retroagindo ao mês de agosto e incluindo Santa Catarina, para que os pescadores do nosso estado, que praticam a pesca naquela região, possam também, assim como os pescadores do Rio Grande do Sul, ser contemplados com o salário-defeso, porque não é possível que o Ibama faça uma portaria e contemple só o Rio Grande do Sul.

Mas essa não é a primeira vez! Eu me lembro bem que certa vez o Ibama baixou uma portaria autorizando que os pescadores

do Rio Grande do Sul pescassem camarão nas lagoas do Rio Grande do Sul, como se a carteira de pescador não tivesse caráter nacional e só os pescadores do Rio Grande do Sul pudessem pescar camarão. E foi uma luta para que pudessemos incluir os pescadores de Santa Catarina, principalmente da região de Laguna, que iam ao Rio Grande e não podiam pescar porque a permissão do Ibama se cingia somente aos pescadores do Rio Grande do Sul.

Mas, sr. presidente, o assunto que quero trazer à Casa, hoje pela manhã, é a questão da maricultura, que é ainda um processo novo de plantio no mar. Eu sempre digo que a diferença entre a agricultura e a pesca é que o pescador que cria marisco e ostra, planta no mar, e que o agricultor planta na terra. Esse processo começou em 1987, quando o governador do estado era Pedro Ivo e quando era presidente da Epagri o agrônomo Durvalino Furtado. Foi nessa época que pela primeira vez se fez essa experiência com respeito à criação de marisco e ostra em cativeiro.

Todos nós sabemos que a ostra que consumíamos aqui ou vinha de Cananéia, em São Paulo, ou era retirada dos nossos rios, das nossas lagoas - e o marisco era retirado somente do mar. Hoje, o estado de Santa Catarina, para orgulho nosso, depois de 23 anos, é o maior produtor de ostra e marisco da América do Sul. No Ribeirão da Ilha produz-se uma das melhores ostras do Brasil e do mundo. Inclusive, recentemente se noticiou que a nossa ostra está chegando, até de uma maneira não muito legal, clandestinamente, aos restaurantes da Europa, mais precisamente aos restaurantes franceses. Isso mostra a qualidade do nosso produto que é produzido aqui em Santa Catarina. Hoje é um orgulho para nós, quando chegamos a qualquer restaurante do Brasil, encontramos um garçom oferecendo um produto de Santa Catarina.

A ostra de Santa Catarina é um *marketing*, é um produto que se vende com muita facilidade, pela qualidade da ostra que é produzida em várias partes do estado: nos municípios de Governador Celso Ramos, Penha e Piçarras, e também no norte da ilha. Mas eu acho que a ostra do Ribeirão da Ilha tem um sabor todo especial.

Mas agora, sr. presidente, há uma preocupação porque a Casan está elaborando a rede de captação de esgoto no Ribeirão da Ilha e está querendo colocar o resultado da captação dessa rede na baía sul, mais precisamente nessa região do interior da ilha. Se a ostra e o marisco eram produtos que tínhamos preocupação ao consumir, vejamos v.exas. o que poderá acontecer se for colocado o tratamento do esgoto do Ribeirão da Ilha exatamente no local da sua produção!

Eu estou aqui solidário com o movimento dos criadores de ostra do sul da Ilha de Santa Catarina, no sentido de a Casan rever o local de tratamento da rede de esgoto que está sendo implantada aqui no sul da capital.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Ouço, brevemente, v.exa., deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - A título de contribuição, deputado Edison Andrino, quero dizer que recebi em meu gabinete, há mais ou menos 70 dias, uma entidade de Itajaí formada por professores e oceanógrafos que fizeram um levantamento de toda a costa de Santa Catarina e mostraram-me, através de documentos, que os nossos costões estão

sendo infestados por um tipo de fungo que veio da Austrália. Na hora em que retiram o nosso marisco para fazer a colheita para o plantio, o fungo encosta e está vindo esse tipo de mexilhão que não presta para comer. Resultado: o estado está ficando numa situação preocupante. Trata-se de um estudo detalhado e desejam o apoio desta Casa.

Então, com relação à sua observação, eu tenho, realmente, quem possa contribuir: professores formados na Univali, que são conhecedores da situação. E a sua preocupação é também a deles e a de tantos outros.

No decorrer dessa semana foi mostrado o problema da poluição na Lagoa da Conceição, lamentavelmente, e alguma coisa realmente tem que ser feita porque com o tratamento de esgoto que é feito, os resíduos vão para lá e aquelas algas não estão sumindo.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço o aparte de v.exa. e a preocupação também com a questão ambiental.

No horário do partido continuarei a abordar esse assunto, porque não cheguei exatamente ao ponto ao qual gostaria de chegar, que é a inclusão na merenda das escolas do litoral catarinense, principalmente nas escolas do estado, porque as escolas dos municípios são administradas pelos prefeitos, marisco e ostra, principalmente no período da entressafra, no inverno, quando o consumo cai e os criadores de marisco e ostra têm dificuldade de buscar mercado para seu produto. E, por incrível que pareça, é o melhor período porque as ostras e os mariscos estão mais gordos. Por quê? Porque quando a água está mais fria, o desenvolvimento desses moluscos é melhor no litoral de Santa Catarina.

Também gostaria de fazer um apelo aos membros da comissão de Pesca e Aquicultura, sr. presidente, para que na semana que vem ou, quem sabe, já que estamos encerrando o período de atividades na Assembleia Legislativa, no início da próxima legislatura, no ano que vem, possamos fazer uma audiência pública para discutir onde colocar o resultado do tratamento de esgoto aqui na ilha de Santa Catarina.

Nós defendemos, há muito tempo, a construção de um emissário submarino que leve todo o tratamento do esgoto captado na Ilha de Santa Catarina, independentemente da região, para o alto oceano Atlântico. Não é possível colocarmos na baía sul ou na baía norte, como colocaram aquele pinhão, desculpem-me a expressão, justamente na entrada da cidade, porque em dia de vento sul é uma vergonha! Aquilo foi uma medida precipitada. No momento que era para salvar o Collor, que ia ser cassado, liberaram dinheiro para todo mundo. Aí veio dinheiro para Santa Catarina e como não tinham onde aplicar fizeram essa vergonha que é o tratamento de esgoto aqui no centro da cidade, quando, na realidade, a solução técnica definitiva era exatamente o emissário submarino.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados e companheiras deputadas, inicialmente, como membro da comissão de Pesca e Aquicultura - e o deputado Edison Andrino conhece muito bem -, gostaria de

apoiar integralmente a sua sugestão para que na merenda escolar tenhamos ostras, mariscos, camarões, enfim, o que for possível, de forma que se possa criar tecnologia e ciência.

Deputado Edison Andrino, uma das maiores honras que eu tive durante a minha administração como prefeito foi, juntamente com ministro José Israel Vargas e com a UFSC, inaugurar a estação experimental na Barra da Lagoa, que é um dos maiores centros de pesquisa de ostras, mariscos e camarão da América Latina, igualando-se, inclusive, ao Canadá.

Na verdade, v.exa. é o baluarte. Se existe tudo isso hoje é porque v.exa., de forma apaixonada, ajudou muito e fez história.

Portanto, a Ilha de Santa Catarina e o litoral catarinense, juntamente com a Epagri, com o professor Andreatta, que trabalhou muito nisso, além de todas as pessoas aqui mencionadas, como o deputado Edison Andrino, estão preparados com tecnologia de ponta e com produtos da melhor qualidade para apresentar ao país e ao mundo. Hoje vamos falar sobre meio ambiente, especificamente sobre o pagamento por serviços ambientais.

O governo do estado apresentou a esta Casa um projeto claro implementando o Código Ambiental de Santa Catarina, formado por 293 artigos, dos quais discordamos apenas de dois, e fizemo-lo em plenário. Um dos artigos versava sobre a mata ciliar e discordamos porque gostaríamos de mantê-la como estava definida pela lei federal, ou seja, 30m. Além disso, colocamos travas no projeto, graças ao deputado Romildo Titon, acerca da questão das áreas consolidadas.

Ontem ainda ouvi o ministro Carlos Minc discorrendo sobre as nossas propostas que ele pretende contemplar no Código Florestal Brasileiro, especificamente a plantação de videiras e de macieiras em declive de 45°, enfim, atividades que ajudam a conter a erosão do solo, coisa anteriormente inadmissível. Vejam que barbaridade queriam fazer: o Ministério Público já estava trabalhando no sentido de punir os agricultores que plantavam árvores frutíferas em regiões de aclive ou declive.

Com relação às áreas consolidadas de várzea, nas quais há mais de 100 anos cultiva-se arroz em Santa Catarina, o Código Florestal Brasileiro não admitia tal prática; agora, entretanto, o ministro pretende incorporar essa previsão legal em nível nacional. Vejam o quanto contribuimos através do nosso Código Ambiental inovador!

E agora chegou à Casa o projeto que regulamenta o pagamento por serviços ambientais, ao qual o relator, deputado Romildo Titon, apresentou substitutivo global. O relator, como sempre faz, discutiu com os deputados e apresentou uma proposta melhor do que a de muitos estados. Contudo, consideramo-la ainda tímida, mas já é o primeiro passo de uma grande caminhada.

Gostaria de acrescentar que poderá ser feito em forma de decreto, não precisará necessariamente ser através de lei. Em primeiro lugar, é preciso definir quem tem direito ao pagamento por serviço ambiental e quem não tem, uma vez que mesmo aqueles que não têm direito ao pagamento, têm a obrigação de não prejudicar a natureza, têm que cumprir a lei, têm que obedecer à questão da reserva legal e da mata ciliar.

Esse pagamento, colegas, não pode ser mais uma compensação. Nós já estamos cansados de políticas compensatórias. Não pode ser mais um vale gás. Tem que ser o quê? Tem que ser uma forma de acelerar a

conscientização do agricultor, pois ao preservar ele estará ajudando toda a comunidade. Tem que ser uma forma de valorizar esse agricultor para que tenha dignidade e não apenas um ganho mínimo, como mais uma política compensatória. Não, essa medida tem que ser pensada, planejada em conjunto com a unidade de estruturação da agricultura, que é o Projeto Microbacias. E aí em vez de termos um agricultor isolado, teremos a política de uma microbacia e quanto maior a área preservada, maior será o valor agregado.

A natureza ainda não distinguiu o pequeno do grande agricultor, mas sabe perfeitamente que é possível, de forma conjunta, preservá-la. Então, deverá ser usada a unidade mínima, fiscalizada *in loco* por essa juventude agrícola que vem crescendo em consciência.

Sr. presidente, aprovamos recentemente uma lei protegendo o ensino a distância, permitindo que o filho do agricultor possa fazer o seu curso superior. A nossa função legiferante, que nos permite aprovar leis desse tipo, orgulha-nos sobremaneira. Sou totalmente favorável e dou a sugestão de que se utilizem as microbacias na preservação ambiental integrada, pois já há a mobilização dos órgãos ambientais, dos órgãos de desenvolvimento agrícola e da prefeitura local. E aí o pagamento dos serviços ambientais será feito não de uma forma compensatória, mas com a consciência de promover o desenvolvimento equilibrado, preservando a natureza, que é tão importante ou mais do que a produção.

Por isso, temos que saber que para produzir um quilo de milho precisamos de mil litros de água; para produzir um quilo de frango, dois mil litros de água. Essa é a consciência que todos devem ter.

Mas, sr. presidente e companheiros deputados, neste minuto que me sobra, gostaria de falar deste último final de semana, quando ocorreu um grande encontro em Lages para tratar do ensino a distância. Hoje, no estado de Santa Catarina, há 35 mil alunos de pós-graduação e de graduação através do ensino a distância. E a lei que esta Casa aprovou, que vai ser sancionada hoje, às 10h, pelo governador, é um exemplo para todo o país.

Em Lages, mais de 400 monitores, alunos e lideranças de ensino a distância reuniram-se e fundaram a Associação de Ensino a Distância. Nós estivemos lá no sábado e no domingo dando palestras, participando, mostrando a lei que esta Casa aprovou. E quero dizer que Santa Catarina é o primeiro estado do país a combater a discriminação contra quem é formado através do ensino a distância.

O ensino a distância está aprovado através do Enade e das 13 melhores universidades do país, sete são dessa modalidade de educação. Seus alunos são pessoas com certa idade e que de uma forma ou de outra estão voltando a estudar. Isso é muito importante, porque estão fazendo o que gostam e usam a melhor metodologia, a melhor pedagogia, através da internet, através de *datashow*, através de demonstrações que ilustram melhor o conhecimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Lício Mauro da Silveira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, hoje vou continuar falando sobre educação, mas, particularizando, vou falar sobre as escolas indígenas da rede estadual.

Santa Catarina possui 31 escolas indígenas. São 28 de ensino fundamental e três do ensino médio e estão situadas em Biguaçu, Xanxerê e José Boiteux. O número de alunos em 2007 era de 1.564; em 2008, 1.855; em 2009, 2.612. Ou seja, um aumento de 67% em comparação a 2007. As línguas faladas nas escolas são o guarani, o kaingang e o xokleng.

As escolas estão vinculadas às secretarias de Desenvolvimento Regional, sendo que Xanxerê é a SDR que possui o maior número de alunos; mais de 50% dos alunos estão na SDR de Xanxerê, que tem 12 escolas, com 1.548 alunos.

Na Grande Florianópolis estão localizadas cinco escolas; em Seara, duas; em Chapecó, três; em Xanxerê, 12; em Porto União, uma escola com apenas dois alunos (desde 2007 há sempre o mesmo número de alunos).

Na secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville temos escolas em Guarimir, São Francisco do Sul e Araquari. Na SDR de Garuva há escola em Balneário Barra do Sul. Já na SDR de Ibirama, a escola fica em José Boiteux, e na SDR de Laguna, temos uma escola em Imaruí, o que dá um total de 2.612 alunos no corrente ano.

Os deputados Professor Grandó e Antônio Aguiar estavam presentes à reunião com a escola indígena de Biguaçu. Aquela escola nos procurou na semana passada dizendo que fechou suas portas e deixou as crianças indígenas sem aula. A intenção do cacique, que é estudante de Direito, foi chamar a atenção das instituições, tais como a secretaria da Educação, no que tange à autorização da APP para receber repasse de verbas para merenda escolar e pagamento das merendeiras. Diga-se de passagem, o cacique está certo. Por que não terceirizar e desvincular a direção de coisas supérfluas, deixando que eles se preocupem com a educação propriamente dita?

Mas o caso da escola indígena de Biguaçu apresenta alguns fatos interessantes e vale para todas as escolas. Os índios são relativamente incapazes na vida civil. Por isso, é preciso que sejam representados para exercerem seus direitos civis. Dessa maneira, como um indígena pode ser presidente de uma APP, se ele é considerado incapaz? Acrescente-se a isso o desconhecimento total das normas administrativas do estado, o que fez com que todas as prestações de contas e vinculações ao INSS ficassem em desalinhio.

O problema, como falei, foi trazido à comissão de Educação, que foi procurar a raiz dos problemas. Primeiramente, a assessoria da comissão de Educação, da qual o deputado Pedro Uczai é presidente, acompanhada de alguns assessores do deputado e de assessores do meu gabinete, foi ao Tribunal de Contas do Estado, porque, segundo os índios, tudo começara no TCE. Contudo, não havia nenhuma pendência com relação ao sistema de repasse das escolas.

Falamos, então, com a diretora-geral da secretaria da Educação, professora Rogéria Rebello Diegoli, que nos colocou a par da situação. E quero dizer que a professora Rogéria tem uma vontade imensa de fazer as coisas bem feitas. É uma satisfação conversar com uma professora do quilate da professora Rogéria e encontrar as soluções de uma forma

rápida. Ela nos informou que nada poderia fazer naquele momento, mas que logo que houvesse o termo de confissão da dívida do INSS, ela prontamente pagaria, no mesmo dia, o salário das merendeiras, uma vez que o sistema bloqueia e ela não consegue pagar.

De qualquer forma, a disposição, a vontade de ajudar, de resolver, da professora Rogéria fez com que resolvêssemos, de público, dizer a Santa Catarina que aquela servidora executa um belo trabalho na secretaria da Educação do estado.

Fato contínuo, entramos, deputado Professor Grandó, em contato com o diretor da escola, na quinta-feira, e do entendimento com o cacique foi reaberta a escola na sexta-feira passada. O jornal, inclusive, traz uma matéria com uma série de inverdades, totalmente inadequadas pela forma como o assunto veio a público.

Então, em contato com o INSS, o diretor da escola, juntamente com o meu advogado, professor Mário, seu companheiro, deputado Professor Grandó, na antiga Escola Técnica Industrial, inteirou-se do problema real junto ao INSS. Em resumo, abrangia a confissão de dívida e outras verbas repassadas e não recolhidas ao INSS. Restou uma dívida de R\$ 1.400,00, a serem pagos em sete parcelas de R\$ 208,00, e outra a ser paga em cota única de R\$ 221,00. Mas ainda há dívida para pagar, deputado Professor Grandó, e se não houver dinheiro, os alunos ficarão sem aula.

A verdade é para obter a certidão de confissão da dívida emitida pelo INSS, não restou a este deputado senão tomar a liberdade, já que a escola não dispunha de numerário para tal, de arcar com o ônus, caso contrário a escola voltaria a ser fechada e o ano letivo daquelas crianças estaria perdido. Assim, em benefício das crianças tomei a liberdade de efetuar o pagamento de duas parcelas, mas eles têm que aprender a administrar seus recursos financeiros, independentemente são incapazes ou não. As outras escolas o fazem, por que eles não podem fazer?

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Concedo um aparte ao meu companheiro, deputado Professor Grandó, que participou da reunião que tratou desse assunto com aquela comitiva de indígenas.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Deputado Lício Mauro da Silveira, o seu pronunciamento é histórico, pois os dados do estado que v.exa. apresentou mostram uma realidade que está muito perto de todos nós, aqui em Biguaçu. Acostumamo-nos a ver aquela comunidade indígena subindo o Morro dos Cavalos, despercebidamente, e em São Miguel também temos outra comunidade indígena, mas no estado o número é muito maior.

Quero enaltecer v.exa. por ter elogiado a atitude do cacique, pois ele é uma autoridade na sua comunidade. O cacique foi procurar as pessoas da área da educação, que sequer o receberam. Nós ficamos sentados praticamente duas horas e não veio um funcionário nos atender para resolver o problema. Mas v.exa., com paciência, através dos seus assessores, resolveu. Na verdade, suspender as aulas foi a maneira que aquela comunidade organizada encontrou para chamar a atenção e resolver o problema.

Parabéns à comissão, a v.exa., ao cacique e à própria secretaria da Educação por essa solução. É preciso mesmo solucionar de uma vez por todas esse problema das APPs, do pagamento da dívida do INSS referente às

merendeiras. Parece que sairá uma licitação para a contratação de uma empresa que manterá as merendeiras, legalizando, enfim, essa situação que gera problemas em todo o estado.

Parabéns, deputado Lício Mauro da Silveira!

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Muito obrigado, deputado Professor Grandó, e incorporo o aparte de v.exa. ao meu pronunciamento.

O que eu acho interessante é que os índios são considerados relativamente incapazes para a vida civil. Ora, são incapazes por quê? Devido à própria sociedade, que os coloca numa posição inadequada e que faz com que eles vivam inertes por toda a vida. Por que não os ensinar a enfrentar a vida de uma forma efusiva, que realmente leve àquela e a outras comunidades indígenas mais desenvolvimento econômico e social, preservando a sua cultura?

Infelizmente, o que nós fazemos é empurrar os índios para uma determinada localidade, torná-los inertes, só plantando mandioca, fazendo balaio, arco e flecha e mais nada. Eles nem conseguem produzir aquilo que é necessário para sua sobrevivência...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, deputado José Natal, já vamos fazer referência, sim, sobre a questão da corrupção, que v.exa. está lembrando à bancada.

Eu gostaria, inicialmente, de me reportar e saudar os catarinenses portadores de deficiência, porque hoje, dia 3 de dezembro, é o Dia Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência. De fato, ainda há um quadro de marginalização em nosso país em relação a essas pessoas, quer na questão da inclusão escolar, quer na questão da acessibilidade urbana, quer na questão das fontes de renda. Há um conjunto de elementos que formam a cidadania que ainda estão ausentes na vida dessas pessoas. Sem dúvida alguma, é preciso aprimorar uma política de inclusão social aos portadores de deficiência. E nesse dia, o Dia Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência, faço essa referência especial.

Deputada Ana Paula Lima, v.exa., que é de Blumenau, assim como este parlamentar, sabe que temos sido intensamente cobrados com relação à questão do famoso viaduto da Mafisa, na BR-470. É claro que a população tem estado inquieta e impaciente, e com razão, pois são três anos de espera por esse viaduto que vai permitir o acesso de toda a população do norte da cidade, passando sobre a famosa BR-470.

Felizmente temos observado, nesses últimos dias, uma aceleração dos trabalhos, mas há uma movimentação por parte daquela população, daquela comunidade, principalmente da região norte da cidade. Inclusive, no próximo dia 18 haverá um manifesto, coordenado pelo Codeic - Conselho de Desenvolvimento da Itoupava Central -, em especial, no sentido de fazer com que o governo federal e o governo municipal cumpram com a sua parte no que diz respeito à desapropriação dos acessos para o viaduto.

Mas queremos somar-nos a essa manifestação da comunidade organizada com *outdoor*, com propaganda, a fim de que o viaduto saia imediatamente.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado, realmente a comunidade não só de Blumenau, como de toda a região do médio vale do Itajaí, está esperando essa obra que dará continuidade à duplicação da BR-470, que está prevista no Orçamento da União. Mas vamos fazer justiça: a parte que cabe ao governo federal já está acontecendo. As desapropriações nas margens da rodovia Guilherme Yensen são de obrigação do governo do estado.

Então, acredito que o que está faltando é também a boa intenção, a boa vontade do governo do estado, no sentido de acelerar e concluir aquela obra o mais rapidamente possível. Mas é justa a manifestação daquela comunidade, que assino embaixo.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputada, pela intervenção.

Felizmente o governo do estado está sinalizando com recursos para as desapropriações em função da ousadia daquela comunidade em fazer o manifesto. Eu espero que de uma forma ou de outra tenhamos, em 2010, finalmente concluído esse antigo sonho.

Quero parabenizar também, sr. presidente e srs. deputados, o Hospital Santa Isabel, que recentemente completou 100 anos, pelo quingentésimo transplante renal, ou seja, aquele nosocômio já fez 500 transplantes de rim.

Esse trabalho foi iniciado na década de 80, portanto, há três décadas, mas foi nos últimos anos que o processo acelerou, sendo que 400 pessoas vivem de forma normal, com saúde, graças à equipe médica, à qual quero parabenizar, do Hospital Santa Isabel, que é um orgulho para toda a comunidade médica do vale do Itajaí e de todo o estado de Santa Catarina.

Por último, nos dois minutinhos que me restam, quero falar sobre a referência que o deputado José Natal fez à questão da corrupção. De fato, a exatamente dez meses das eleições gerais neste país, vivemos uma semana triste, uma semana que não resta muito a explicar e sim lamentar o episódio envolvendo o governador José Roberto Arruda, de Brasília, que deixou a ética política brasileira ainda mais pobre. Já era paupérrima, mas empobreceu ainda mais com esse fato. Isso acaba, sem dúvida, respingando e atingindo toda a classe política.

Eu dizia ontem, em um dos discursos que fiz, que não importa se o dinheiro estava na meia, na cueca, o que importa é que corrupção é corrupção e precisa ser combatida com ousadia, com tenacidade e com absoluto repúdio.

Eu tenho dito nos discursos que tenho feito pelo estado de Santa Catarina, e quero reforçar mais uma vez da tribuna deste Parlamento: para que os maus governem basta que os bons cruzem os braços. Essa tem sido a minha ótica ao longo da minha caminhada de 12 anos como vereador na cidade de Blumenau. E agora, neste Parlamento, como deputado, continuo hasteando essa mesma bandeira, esse mesmo bordão.

Mas não vamos desfalecer diante desses fatos negativos, pelo contrário, vamos

arregimentar novas virtudes, um novo exército, novas cabeças pensantes que queiram participar e envolver-se com o projeto político, mostrando que é possível, sim, fazer política com ética, com decência e com a vocação maior de servir à população.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, senhoras e senhores da imprensa, assomo à tribuna para me posicionar sobre o debate acalorado que ocorreu, ontem, nesta Casa. Eu não quero fazer um questionamento, deputado Edison Andrino e deputada Ada De Luca, mas um esclarecimento do que foi dito pelo deputado Kennedy Nunes de que todos aqueles que estavam sendo isentados do ICMS eram picaretas.

O governo, depois de um estudo feito, viu que isso traz economia para o estado e para algumas cooperativas, deputado Marcos Vieira. E eu tenho orgulho de ser representante de uma das cooperativas de Santa Catarina, pois elas são um exemplo para todos nós. Além disso, nesta Assembleia 25 deputados fazem parte da Frente Parlamentar Cooperativista.

Então, quero apenas deixar registrado que não cabe o adjetivo usado pelo deputado Kennedy Nunes a essas cooperativas.

Outro assunto que me traz à tribuna desta Casa diz respeito ao fato de o governador, nesta manhã, deputado Gelson Merísio, estar atendendo, mais uma vez, um pleito nosso, deputado Adherbal Deba Cabral.

Nós protocolamos, na semana passada, nesta Casa, e já havia um decreto do governador nesse sentido, a solicitação de isenção do imposto sobre a carne suína e o suíno vivo para comercialização, transporte e exportação no estado. Nesta semana caiu mais uma vez o preço do suíno e o governador, nesta manhã, prorrogou esse decreto por mais 90 dias, isentando de imposto as carnes suínas, o suíno vivo e a carne suína *in natura*, dentro e fora do estado. Isso vai ajudar a minimizar um pouco a situação difícil que vive a suinocultura do nosso estado.

Espero que essa medida do governo seja estendida também para o produtor e para o consumidor, porque na maioria das vezes, deputada Ada De Luca, não basta o governo ter boa vontade, abrir mão da receita, abrir mão dos impostos, pois esses recursos ficam nas mãos de poucos. Eu espero que haja sensibilidade por parte da nossa indústria, no sentido de passar esse benefício, pelo menos parte desses recursos que o governo está abrindo mão, para o nosso produtor. E que o nosso consumidor também possa tirar proveito disso, conseguindo comprar o produto mais barato.

Srs. deputados, nós estamos vivendo um momento muito difícil em todos os setores de carnes no Brasil. Estão passando por dificuldades a bovinocultura, a pecuária de leite, a suinocultura e a avicultura. O Brasil, neste ano, deve deixar de exportar em torno de 30% das carnes que foram exportadas no ano passado. Isso significa que estamos com uma política equivocada. Precisamos verificar, com urgência, de que forma vamos incentivar nossas indústrias para que elas tenham competitividade para exportar, sob pena de o setor produtivo e o setor agroindustrial falirem.

A valorização da nossa moeda perante o dólar está fazendo com que não consigamos ter competitividade lá fora para vender os nossos produtos. Há um excesso de carne dentro do país e com as exportações em baixa, como já disse, devemos fechar o ano com uma queda de 30% nas vendas. Essa oferta muito grande dentro do país está quebrando o setor produtivo e a indústria vinculada ao agronegócio.

Nós precisamos pensar com urgência numa solução para melhorar o poder aquisitivo do nosso consumidor. E quando dizem que a crise afetou muito pouco o país, eu quero dizer que não é bem assim. A crise afetou os nossos empresários, afetou o setor produtivo e afetou fortemente o setor agrícola. Nós estamos com os nossos produtores amargando prejuízos há algum tempo.

Há necessidade que se faça alguma coisa, há necessidade que se dê segurança ao produtor, porque nos últimos 15 anos o setor produtivo primário pagou a conta. Na época do Plano Real, do Plano Bresser, do plano não sei do que mais, quem pagava a conta eram aqueles que produziam alimentos. E nós continuaremos pagando a conta enquanto o governo, principalmente o governo federal, não buscar o equilíbrio entre aquilo que entra no país, aquilo que importamos, e aquilo que exportamos, pois estamos ainda sem controle. O preço do leite continua descendo a cada mês, mas continuamos importando leite de outros países. Entram produtos derivados de leite sem que haja controle. Que eles entrem no momento em que precisarmos, mas não se pode deixar a porta aberta do jeito que está ocorrendo hoje, em nosso país.

Essa situação, sr. presidente, está acontecendo com inúmeros produtos, acontece com a carne, com o leite, com a cebola, com a maçã, e temos que ir em busca de segurança para esses produtores. Quem sabe possamos levar as nossas carnes, a carne suína, a carne de frango às escolas, às companhias militares, para que se possa melhorar o seu consumo.

Quero deixar o restante do tempo do partido ao deputado Edison Andrino.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Edison Andrino, pelo restante do tempo do PMDB.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, o deputado Moacir Sopelsa fez referência a um produto tido como um dos melhores produzidos em Santa Catarina, que é a carne suína, pedindo que ela seja incluída na merenda escolar. E eu vou vender o meu peixe, ou melhor, vou vender o meu marisco e a minha ostra. Nós temos que incluir também na merenda das escolas do litoral de Santa Catarina o marisco e a ostra. Qual é o produto, deputado José Natal, mais saboroso, afrodisíaco e que faz bem como a ostra crua, ao natural?! É um dos poucos produtos que comemos cru. Se a comemos crua e não faz mal, por que as nossas crianças não podem comê-la cozida? A omelete é feita de várias maneiras nas escolas do município e nas escolas do estado de Santa Catarina.

Há pouco um jornalista amigo nosso disse: "Andrino, tu estás louco querendo botar marisco e ostra na merenda escolar das nossas escolas!" Não estou louco, não! Na realidade, é um produto saudável. Aqui há uma mania de se dizer que marisco e ostra fazem mal. Muito pelo contrário, são alimentos saudáveis, ricos em proteínas, de fácil digestão, que podem ser consumidos nas nossas escolas! A Itália fornece marisco como

mingau para as crianças, e aqui há uma tradição de que marisco faz mal! Você não come galinha crua, não come carne crua, mas a ostra você pode comer crua, e ela é mais saborosa crua. A ostra é vendida como um dos melhores produtos para a saúde e para as pessoas acima da idade do deputado José Natal.

Assim sendo, vamos fazer uma proposta ao secretário de estado da Educação e ao governador, no sentido de que incluam a ostra e o marisco na merenda escolar das nossas escolas. Primeiro como alimento saudável e, segundo, para atender aos nossos maricultores e ostricultores que durante o período de inverno, que é a época em que a ostra é mais saudável, mais gorda e com mais qualidade e a água do mar é mais fria, não têm mercado para os seus produtos.

Então, quero aqui pedir o apoio da nossa comissão de Pesca, das deputadas, que eu sei que gostam de ostra, para nos ajudarem nesse projeto junto ao governo do estado e junto às prefeituras.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado Edison Andrino, assino com v.exa. esse projeto, primeiramente porque temos uma costa que deve dar inveja em qualquer outro país do mundo. Portanto, precisamos, sim, alimentar e fazer progredir a economia dos nossos maricultores e pescadores. Mas peço a gentileza no sentido de todo o seu empenho com o governador do estado, eis que apresentamos também um projeto para incluir o peixe na merenda escolar, e o governo do estado vetou. Há também um projeto do deputado Padre Pedro Baldissera que visa a incluir o suco de uva e a uva dos produtores de Santa Catarina na merenda escolar, e o governador vetou.

Quanto ao seu projeto, v.exa. pode contar não só com a minha assinatura como com a de todos os deputados da bancada do Partido dos Trabalhadores, porque a ostra é, sim, um alimento saudável. O pescado, o suco de uva, a uva e a ostra fazem parte da nossa cultura e devem fazer parte da merenda escolar das crianças catarinenses.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço o aparte de v.exa. e vamos ser parceiros nesses três projetos: o da uva, o do peixe e o do marisco e da ostra.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Edison Andrino, parabéns a v.exa. Eu também gostaria de ser sua parceira, acrescentando na justificativa do projeto o benefício que trazem esses crustáceos ao crescimento da criança em função do cálcio. Parabéns!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - V.Exa. vai ser uma grande parceira nossa, e vou dizer por quê. Eu sei do esforço que está fazendo o ex-deputado Walmor De Luca no sentido de resolver a questão do saneamento básico da Ilha de Santa Catarina. Ele está fazendo um grande esforço, porque a Casan estava numa situação complicada e ele deu uma melhorada. Só que não podemos usar uma medida paliativa para resolver o saneamento da cidade. E esse tratamento que a Casan está pretendendo fazer lá no Ribeirão da Ilha vai acabar com o processo de criação de ostras e com a imagem das ostras da Ilha de Santa Catarina.

Então, temos que buscar uma solução definitiva, deputada Ada De Luca, para a questão do tratamento de esgoto da Ilha de Santa Catarina. Colocaram esse pinição aqui na época do Collor, para tentar salvá-lo; e então ministra Margarida Procópio liberou 50 milhões, na época do saudoso prefeito Bulcão Vianna; como não havia projeto definitivo, largaram o tratamento na entrada da cidade. É uma vergonha aquilo ali!

Portanto, hoje precisamos de uma solução, mas não paliativa, precisamos de uma solução definitiva para o tratamento, deputado Vânio dos Santos, do esgoto desta cidade. E a solução definitiva não se resume em resolver um pouquinho em Cacupé, botando na baía; um pouquinho no Ribeirão, botando na baía. Queremos uma solução definitiva! E a solução definitiva é o emissário submarino.

Vamos esperar para resolver definitivamente e não comprometermos esse produto que hoje é uma grife de Santa Catarina, que é a ostra produzida no Ribeirão da Ilha.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentíssimo deputado Edison Andrino, v.exa. foi o primeiro prefeito eleito em Florianópolis pelo voto direto, quebrando um tabu de toda uma história.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - E v.exa. me ajudou muito a ganhar a eleição.

O Sr. Deputado Manoel Mota - E com muita honra! V.Exa. tem toda razão quando procura preservar aquilo que é fundamental para a sobrevivência de muita gente, que investiu e que tem um produto de qualidade, que não pode ser contaminado, que não pode ser prejudicado. Então, v.exa. pode contar conosco, pois estamos junto na mesma caminhada, buscando a melhor solução possível.

Também faço um apelo aos deputados que estão nos gabinetes para que, por favor, desçam, porque a Ordem do Dia virá logo em seguida.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Edison Andrino, v.exa. fez duas intervenções extremamente importantes, uma relacionada à questão do saneamento básico - e esta ilha é uma estrela dentro do estado catarinense -, e outra relacionada à melhoria da qualidade da merenda escolar, fomentando um setor importante da economia catarinense, que é a maricultura.

Hoje, em Rio do Sul, por exemplo, está sendo inaugurada uma vinícola que, além de produzir o primeiro vinho orgânico de Santa Catarina, aprovado apelo ministério da Agricultura, também produz suco de uva, que poderia ser usado na merenda escolar, conforme projeto apresentado pelo deputado Padre Pedro Baldissera, que foi vetado pelo governador.

Mas com o apoio da base do governo e com o seu apoio, que deve ter sido um grande e brilhante parlamentar federal, um grande representante do estado de Santa Catarina, quem sabe possamos melhorar a qualidade da merenda escolar com esse tipo de proposta que v.exa. acaba de apresentar.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - É o que esperamos!

Muito obrigado.
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Edison Andrino.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço é destinado ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Vânio dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados, aqueles que nos acompanham através da TVAL, funcionários, imprensa, pessoas que nos visitam. Quero saudar todos!

Sr. presidente, gostaria de abordar outros temas, mas não posso furtar-me de também aceitar aqui o debate sobre a questão do saneamento da Casan e de toda a problemática que vivemos no estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, tenho acompanhado, são dados da Caixa Econômica Federal, do ministério das Cidades, infelizmente, ao longo dos últimos governos, como a questão do saneamento não foi priorizada em nosso estado. Inclusive, estamos praticamente equiparados a estados como Piauí, Maranhão, Alagoas e Sergipe, em termos de saneamento básico. E não estou sendo aqui pejorativo em relação a esses estados, coirmãos nossos, localizados no nordeste do Brasil, apenas acho que são estados cujo IDH e cujo desenvolvimento estão aquém do nosso.

Falamos muito em turismo, em atrair o turista e dizemos até que Deus nos deixou um grande legado de belezas naturais, de praias, mas, sr. presidente, estamos, infelizmente, acabando com esse legado ou não estamos cuidando dele de maneira adequada.

Então, como não estou falando como deputado de Oposição e sim como deputado de Santa Catarina, quero defender a Casan, deputada Ada De Luca - inclusive, ontem tive a oportunidade de estar lá -, porque acho que os prefeitos de Santa Catarina têm que ter mais responsabilidade com esse processo de verdadeiro esvaziamento da política de abastecimento de água e de saneamento que estão promovendo no estado de Santa Catarina.

Quero louvar aqui a atitude do juiz Selso de Oliveira, de Chapecó, que indeferiu uma medida da prefeitura daquele município "tentando", entre aspas, se livrar da Casan, mesmo que a Casan tenha lá realizado grandes investimentos, todos eles elencados em documento que nos foi entregue ontem pelo próprio presidente Walmor De Luca.

Sabemos a história da Casan, a dedicação dos seus funcionários e o trabalho que ela presta ao estado de Santa Catarina. Mas aqueles municípios, deputada Ada De Luca, que podem extrair algum tipo de lucro com a exploração da água, acham que a Casan deve servir apenas aos municípios pequenos e aqueles que não lhe dão retorno financeiro como empresa pública.

Sei que esse processo veio para o Tribunal de Justiça e espero que a decisão acerca do caso de Chapecó, com toda a autonomia que o Poder Judiciário tem, seja a manutenção do convênio com a Casan, em virtude dos seus investimentos e do seu trabalho naquele município.

Quero também, sr. presidente, abordar nesta manhã e registrar a importância da Assembleia Legislativa ter lançado o Fórum Parlamentar Catarinense em Defesa da Cultura.

Ainda no dia de ontem participamos de reunião juntamente com lideranças e representantes da área da cultura do estado de Santa Catarina, sendo que a Conferência Estadual já foi realizada. Santa Catarina se

fará representar por 42 delegados na Conferência Nacional que ocorrerá no ano que vem, no mês de março, em Brasília, para discutir políticas para a cultura no Brasil.

O governo federal está movimentando-se, e há medida nesse sentido, para que sejam destinados e vinculados 2% do Orçamento federal para o incentivo à cultura, entre elas a cultura da dança, das artes plásticas, do artesanato, do cinema, da produção musical, enfim, para tudo aquilo que representa o resgate e a afirmação da história do povo brasileiro, com toda a sua diversidade.

Portanto, quero louvar essa iniciativa presidida pelo deputado Pedro Uczai, que conta com a participação de uma série de deputados que precisam, sim, ajudar e incentivar a cultura em Santa Catarina, pois com isso estaremos contribuindo também em nível de Brasil.

Sr. presidente, reforço aqui o pedido para que o governo do estado retire o projeto de lei que tramita nesta Casa e que trata da municipalização do ensino fundamental. Na audiência que tivemos nesta semana, aqui no Auditório Antonieta de Barros, ficou bastante expressa a preocupação dos educadores, dos professores, dos secretários municipais de Educação, dos prefeitos e prefeitas, porque essa política precisa ser mais bem pensada. Não é possível que mais uma vez se transfira aos municípios um ônus, uma obrigação, sem que se repense até a questão do pacto federativo.

Todos aqui sabemos que é de autoria da nossa senadora Ideli Salvatti uma proposta de emenda à Constituição que trata da eliminação da DRU, Desvinculação de Receitas da União, que retira da Educação bilhões de reais.

A partir de 2011 haverá um incremento desses valores para que a política educacional brasileira seja ainda mais valorizada. E é óbvio que isso vai remeter a uma repactuação, em termos federativos, entre união, estados e municípios, para que essa política possa ser mais bem implementada.

Então, os deputados que lá estiveram - o deputado Professor Grando, que é professor, assim como o deputado Joares Ponticelli e tantos outros que participaram - puderam ver a preocupação por parte dos educadores, por parte dos professores, com relação a essa medida.

Portanto, sr. presidente, ali, no auditório lotado, percebemos a necessidade da retirada desse projeto, para que isso possa ser discutido em outro patamar, inclusive respeitando as discussões que professores e educadores já tiveram e que continuam tendo neste estado a respeito desse projeto.

Por último, sr. presidente, quero saudar a presença do sr. Arno Verner, uma das lideranças importantes do movimento dos eletricitários da Celesc, cujas lideranças têm-se dedicado à sua defesa como empresa pública pelos importantes e relevantes serviços que presta a Santa Catarina. Essas lideranças estão preocupadas com a maneira às vezes política, e uso uma palavra forte aqui, com que ela é gestada.

Não pode a Celesc ser tratada como mais uma empresa, porque ela é uma empresa muito especial em Santa Catarina. Ela presta serviços relevantes ao nosso estado, tem uma história e uma tradição de relevantes serviços prestados à sociedade de Santa Catarina. E a energia é uma questão hoje absolutamente fundamental.

Faço questão de registrar isso aqui, Arno, porque acho que toda essa luta dos empregados da Celesc é uma luta importante e

estratégica para o nosso estado. E qualquer governo tem que se sensibilizar no sentido de cada vez mais tratar essas empresas com mais profissionalismo, com o respeito e com o carinho que elas merecem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar, com muita satisfação, a presença neste plenário do presidente da Federação e Confederação da Pesca de Santa Catarina e do Brasil, sr. Ivo da Silva, do presidente e do secretário da Colônia Z-11, da Barra da Lagoa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero fazer um apelo aos deputados que se encontram em seus gabinetes para que compareçam ao plenário, porque em seguida vai começar a Ordem do Dia e necessitamos da presença de todos os parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, quero, na manhã de hoje, conversar com os catarinenses sobre o mar de lama derramado sobre a política brasileira nesta semana.

Com certeza cada um dos parlamentares, deputado José Natal, cada um dos homens públicos, cada um que exerce uma função pública, seja eletiva ou não, cada um que é vereador, deputado estadual, deputado federal, senador, governador, presidente da República, foi questionado sobre os acontecimentos políticos desta semana.

A nossa preocupação para com a limpeza, com a verdadeira faxina que precisa ser feita na política brasileira, vai além dos fatos que debatemos durante a semana. Nesses últimos 15 anos de Plano Real o país começou a entrar no rumo, a ter uma presença internacional, uma presença junto aos investidores, uma presença de atração de capital não especulativo, de capital que gera emprego para os brasileiros, emprego para os catarinenses. Tudo isso caminha bem, deputada Ana Paula Lima. São 15 anos em que a economia parece estar cada vez mais no caminho certo. Mas a política, deputado José Natal, pode contaminar, inclusive, o processo da economia.

Hoje de manhã ainda ouvia a articulista Miriam Leitão dizendo que os investidores internacionais olham o Brasil como um país que cresce, como uma oportunidade de investir não com o capital que entra num dia e sai no outro, mas com o capital pesado, de equipamentos, máquinas, infraestrutura. Mas enxergam o país como um país corrupto, como um país em que a classe política ainda não entendeu que o brasileiro quer uma classe política decente, ética, honesta.

Eu conversava recentemente com o ex-candidato à Presidência da República, Geraldo Alckmin, que disse que, se não mudarmos a política estaremos caminhando quase que para um clube de má fama.

E não adianta nenhum partido vir aqui dizer que o culpado é esse ou aquele. Somos nós mesmos, os políticos, que criamos o problema e somos nós mesmos que temos que buscar a solução. E está nas mãos dos brasileiros, dos catarinenses, a solução, no ano que vem, em 2010, o ano em que vamos eleger novos deputados estaduais e federais, novos senadores, novos governadores e o novo presidente da República.

E mais: precisamos, talvez, voltar à época do PSD, da UDN, do PTB, quando o político tinha no cargo a sua autoridade. Hoje o cargo perdeu a autoridade. É preciso que os atributos pessoais dos candidatos elevem a questão do cargo, é preciso que o atributo pessoal de família, ética e moral, leve ao cargo a dignidade novamente na política.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, eu estou descobrindo, nesses últimos dias, que a missão mais difícil na vida pública é manter o otimismo.

Como dizia hoje pela manhã, esta foi uma semana triste para todos nós, políticos, em função dos escândalos que a mídia trouxe à tona. Mas volto a reprimir aquilo que dizia na conclusão da minha intervenção: para que os maus governem, basta que os bons cruzem os braços.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Eu agradeço, deputado Ismael dos Santos.

O meu pronunciamento é no sentido do resgate da política. Lembro-me do meu avô, o deputado Honorato Tomelin, que fez parte da política no tempo em que ela representava o sentimento da esperança. Na política encontrávamos todos aqueles que buscavam o futuro, o desenvolvimento econômico. A população conversava e buscava na política as soluções dos seus problemas. E ainda é assim, mas existe a corrupção, existe a desonestidade, existe a falta de ética, existe a falta de caráter de alguns. Mas não podemos generalizar, não podemos pegar a parte pelo todo.

Precisamos resgatar e fazer um trabalho ético e moral, emprestando aos cargos de deputado estadual, governador, vereador, senador, presidente da República novamente a credibilidade perdida nos últimos anos.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Giancarlo Tomelin, o pronunciamento de v.exa. realmente é no sentido de que devemos estar sempre atentos.

Mas eu me coloco de maneira diferente nessa situação porque não me incluo, sem falsa modéstia. Tenho ocupado a tribuna desta Casa para criticar, sendo do partido que for, e quero continuar assim. Acredito que enquanto não conseguirmos convencer a sociedade de que há necessidade de mudança, de análise, não vamos avançar. Creio nisso e não desisto disso! Só que temos que ocupar esta tribuna para pedir ao povo que olhe, observe, participe e traga os professores para dentro da sala de aula; temos que fazer com que haja um envolvimento da juventude na vida política, não partidária, brasileira. Por quê? Porque senão uma minoria ainda vai continuar controlando as eleições neste país! Está havendo desinteresse da juventude deste país, e é uma parte muito grande, por tudo o que vê e sente.

O que nós temos que trabalhar é uma política de futuro, que traga as pessoas para o contexto, para podermos mudar e não vermos roubar dinheiro na meia, no paletó, e tantas outras coisas. Alguém tem que dizer que isso não pode acontecer e buscar ações efetivas para acabar com tudo isso.

A Justiça demora demais, lamentavelmente. Existem muitas fugas e é preciso mudar as leis neste país, porque para quem realmente tem poder e corrompe a fuga nas leis é muito grande. E temos casos, aqui em Santa Catarina - e não quero ser repetitivo para não dizerem que o deputado José Natal está perseguindo -, de candidatos que se elegeram com dinheiro que até hoje não se sabe de onde veio, e vai por aí fora. Há candidato que se elegeram e diz que não gastou nada, que não depositou nada na conta da campanha e que afirma na imprensa que gastou tal valor. Mas a Justiça aceitou o argumento e esses candidatos foram eleitos neste estado, como é o caso de Edson Piriquito e de um vereador de Florianópolis. E como vamos acabar com isso? Só tentando trabalhar a consciência da sociedade!

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Deputado José Natal, incorporo as suas palavras ao meu pronunciamento.

Marilyn Ferguson, no livro *Conspiração Aquariana*, diz assim: "Os meios precisam ser tão honestos quanto os fins". E o que eu tenho visto, às vezes, é uma busca pelo poder e não pela autoridade, pelo espaço político e não pelo servir.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer a v.exa., deputado Giancarlo Tomelin, que é um deputado jovem, que nós, hoje, estamos nessa situação por uma única razão: onde estão os grêmios estudantis? Onde está a União dos Estudantes de Santa Catarina? Isso tudo é culpa e fruto de um golpe militar que acabou com as lideranças jovens!

Então, nós temos que ter um profundo conhecimento da raiz e da história das pessoas. A ditadura acabou com as nossas lideranças, porque aquele que viu o pai ser sacrificado, morto, torturado, cassado, não entra na política.

É por essas e outras que nós, hoje, temos muitos políticos em âmbito nacional com a personalidade deturpada. E aí acontecem esses escândalos. Temos que ter novos valores dentro da política e fazer exatamente aquilo que v.exa. estava falando. Parabéns!

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Muito obrigado, deputada Ada De Luca, e incorporamos as suas palavras ao nosso pronunciamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de saudar os dois vereadores do município de Major Vieira que se encontram no plenário. A presença de v.exas. é importante neste momento, quando está havendo uma sessão plenária. Muito obrigado por estarem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro, deputado Antônio Aguiar, esta Presidência também registra a presença do vereador Gildo Souza Martins, de

Balneário Camboriú, assim como de todos os vereadores que estão neste Parlamento.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grando, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiras deputadas e companheiros deputados, vou falar de um assunto e também relatar um pouco da história.

No dia 5 de junho de 2003, como presidente da Fatma e tendo como governador em exercício o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, em uma homenagem do estado ao Dia Mundial do Meio Ambiente, entregamos, nesta Casa, um esboço de um projeto chamado ICMS Ecológico. E não era um novo imposto, nada disso! Pela Lei Orgânica, o retorno do ICMS continua beneficiando os municípios industriais. Por exemplo, o maior arrecadador de impostos em Santa Catarina, a partir da minha administração, é o município de Florianópolis, seguido de Joinville e Blumenau. Mas no retorno do ICMS quem recebe mais é Joinville, pelo critério industrial, depois vem Blumenau, Florianópolis, Jaraguá do Sul e outros municípios.

Só que hoje, com a robotização, com a automação, com o avanço da informática, o maior gerador de emprego não é mais apenas o setor industrial, mas os setores ligados a alternativas relacionadas ao meio ambiente. Portanto, aqueles municípios que cuidam do meio ambiente e desenvolvem atividades nesse sentido, no retorno deveriam ter um percentual a mais. É o caso de Santo Amaro da Imperatriz, que tem 60% do seu município em área de preservação permanente, fornece água à Grande Florianópolis, mas não ganha nada por isso e não pode desenvolver as suas potencialidades e suas atividades.

Vou ler aqui um trecho do que relato. (Passa a ler.)

"[...]

No sentido de subsidiar tecnicamente a secretaria da Fazenda, mais especificamente a sua diretoria de Arrecadação Tributária, a Fundação do Meio Ambiente, Fatma, através de técnicos e de sua diretoria de Proteção ao Ecossistema, procedeu a uma série de reuniões que objetivaram moldar o texto final, aplicando a legalidade requerida e harmonizando a legislação concernente no que diz respeito à área ambiental, tributária e, principalmente, constitucional. [...]"

Pois bem, este deputado está praticamente há três anos tentando localizar esse projeto na Casa. Que interesse tem esse projeto, que não o encontramos na Casa? E nós o entregamos na presença do governador Eduardo Pinho Moreira, no dia 5 de junho do ano de 2003, em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente! E foi noticiado! O ICMS Ecológico, onde se encontra? Continua lá na secretaria da Fazenda recebendo subsídio técnico da constitucionalidade?

Quero dizer que 17 estados da União já usam o ICMS Ecológico. O último a adotá-lo foi o Tocantins, um estado novo.

Portanto, essa é uma realidade e como parlamentar faço um requerimento, de público, à Mesa para que nos informe sobre essa matéria para que se possa dar o trâmite normal. Queremos que todos os srs. deputados conheçam esse projeto e outros relacionados à questão ambiental, àqueles municípios que prestam grandes serviços ambientais. O ICMS Ecológico não é um novo imposto, não é nada; são apenas critérios. Alguns municípios vão ganhar mais, outros, um pouco menos, mas vai-se evitar o êxodo e dar

equilíbrio ao desenvolvimento sustentável. É isso...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Professor Grando, em resposta ao seu requerimento verbal, esta Presidência informa que o projeto ao qual v.exa. se referiu não foi enviado pelo Poder Executivo para esta Casa.

V.Exa. entregou-o ao governador para que, ato contínuo, ele viesse para esta Casa. A secretaria de Articulação deveria tê-lo encaminhado para que pudesse tramitar nas comissões, mas não há nenhum protocolo de entrada desse projeto. Por isso, não há como a Casa exercer nenhuma função que não seja do parlamentar. V.Exa. tem todas as prerrogativas para cobrar isso do Poder Executivo, mas nesta Casa ele não foi protocolado, ele não chegou. A nossa responsabilidade passa a existir a partir do protocolo de entrada e da sua tramitação. Ai, sim, a matéria é acompanhada pelo nosso sistema. Como não foi protocolado, não há como darmos essa informação.

O Sr. Deputado Professor Grando - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - V.Exa. realmente está dando uma informação que vamos verificar também porque me lembro perfeitamente que foi criada, inclusive, uma comissão de estudos para aperfeiçoar o projeto. Se não houve esse protocolo de entrada, realmente houve uma manifestação do Poder Executivo daquela época. E o governo é o mesmo e vamos providenciar com todo cuidado.

Mas havia outros projetos no mesmo sentido que já estavam nesta Casa e que devem ter, é claro, suas justificativas e que poderiam subsidiar um substitutivo global.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Professor Grando, só para encerrar o assunto, devo dizer que o projeto não chegou na Casa. A assessoria vai resgatar os demais projetos que tramitam na Casa e que tratam da mesma matéria e encaminhá-los a v.exa. para que possa dar o encaminhamento que entender necessário.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu quero agradecer a todos os líderes das diversas bancadas partidárias que aprovaram um requerimento de minha autoria permitindo que, após a Ordem do Dia, concedêssemos dez minutos para ouvirmos a delegação que representa a Unifebe, de Brusque: Maicon César Crispim, Ríziam Bittencourt, Edilene Odeker, Tatiane de Oliveira, Liziane Moraes, Bruna Marisa Dias, Sandra Cadore Clamund e Valquíria Conhaque Dias. E gostaria de usar, por concessão de v.exa. e dos líderes partidários, dez minutos da sessão de hoje, após a Ordem do Dia.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Tão logo seja encerrada a Ordem do Dia, esta Presidência abrirá o espaço, conforme solicitação dos srs. líderes.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do projeto de conversão em lei de Medida Provisória n. 0160/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Peço a compreensão dos srs. deputados. Ontem a sessão foi um pouco tumultuada e muitos projetos acabaram não sendo votados. Como temos um quórum significativo, inédito numa quinta-feira, vamos deliberar sobre uma dezena, no mínimo, de projetos em primeira votação.

Então, peço que ninguém saia do plenário para que possamos votar essas matérias.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0539/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Com relação aos demais projetos de autoria dos srs. parlamentares e que são redações finais, eu lerei os números e, não havendo discordância dos srs. líderes, faremos a votação em bloco.

(As lideranças aquiescem.)

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0117/2009, 0151/2009, 0363/2008, 0368/2009, 0390/2009, 0412/2009 e 0460/2009.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0218/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de placas informativas nas estradas em construção e em recuperação no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0339/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que denomina Hamilcar Carneiro o trecho da SC-303, em Calmon, que inicia no Km-17 da SC-302, Caçador/Porto União, e vai até a intersecção com a SC-478, em Timbó Grande.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Srs. deputados, eu acho que é prudente não deliberarmos as mensagens de veto hoje em respeito aos deputados que não estão presentes. É um dia atípico. Se houver a concordância dos srs. líderes, eu vou retirar as mensagens da pauta e transferi-las para terça-feira.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0224/2009, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (Associação de Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem - Asderlic).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0347/2009, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (Projeto Perto de Você).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0441/2009, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Blumenau (funcionamento da Escola Básica Municipal Tiradentes).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0444/2009, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Petrolândia (manutenção e conservação de unidade sanitária).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0448/2009, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóveis no município de Chapecó.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0464/2009, de origem governamental, que institui o dia 16 de março como o Dia Estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0631/2007, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Balneário Camboriú (construção de um centro de convenções).

Ao presente projeto foram apresentadas emenda modificativa e emenda supressiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0020/2009, de autoria da Mesa Diretora do Poder Legislativo, que altera o art. 1º da Resolução nº 0008, de 30 de setembro de 2009, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0311/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública o Grupo Salve, de Solidariedade e Apoio a Portadores de Hepatite, de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0485/2009, de autoria do deputado Cirio Vandresen, que declara de utilidade pública a Associação Josefense de União na Defesa Ambiental e Restabelecimento da Cidadania - Ajudar -, com sede no município de São José.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0553/2009, de autoria do deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública a Associação Videirense de Judô, de Videira.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0036/2009, de origem governamental, que altera o dispositivo da Lei Complementar n. 0381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal no painel eletrônico.

Os srs. deputados que concordam votam "sim", os que discordam votam "não".

Está aberto o painel e a matéria em votação.

(Procede-se a votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO AGUIAR	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	0031/2008, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin, que altera o dispositivo 7, da tabela I, da Lei Complementar n. 219 de 2001, que dispõe sobre emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.	Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO VALMIR COMIN			Em votação.
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS	sim	Todos os srs. deputados votaram. Está encerrada a votação. Colho o resultado.	Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
		Temos 26 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.	Aprovada.
		Está aprovada a matéria em primeiro turno.	Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0187/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin, que dá nova redação ao art. 1º da Lei n. 6.762, de 1986, que dispõe sobre o diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito.
		Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0054/2009, de origem governamental, que cria o quadro de cargos de provimento efetivo do Instituto de Metrologia de Santa Catarina - Imetro/SC.	Ao presente projeto foi apresentada emenda supressiva acatada pela comissão de Constituição e Justiça.
		Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.	Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.
		Em discussão.	Em discussão.
		(Pausa)	(Pausa)
		Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.	Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.
		Em votação.	Em votação.
		A votação se dará no painel eletrônico.	Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
		Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.	Aprovado.
		(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)	Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0205/2009, de autoria do deputado Reno Caramori, que reconhece o município de Palmitos como Capital do Vinho Colonial.
DEPUTADA ADA DE LUCA	sim	DEPUTADA ADA DE LUCA	Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim	DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	Em discussão.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	DEPUTADA ANA PAULA LIMA	(Pausa)
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim	DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim	DEPUTADO CARLOS CHIODINI	Em votação.
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR		DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO		DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	Aprovado.
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	DEPUTADO DARCI DE MATOS	Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0205/2009, de autoria do deputado Reno Caramori, que reconhece o município de Palmitos como Capital do Vinho Colonial.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH		DEPUTADO DIRCEU DRESCH	Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim	DEPUTADO EDISON ANDRINO	Em discussão.
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim	DEPUTADO ELIZEU MATTOS	(Pausa)
DEPUTADO GELSON MERÍSIO		DEPUTADO GELSON MERÍSIO	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO GENÉSIO GOULART		DEPUTADO GENÉSIO GOULART	Em votação.
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim	DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	Aprovado.
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim	DEPUTADO JAILSON LIMA	Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0206/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que reconhece o município de Pinhalzinho como Capital Catarinense da Amizade.
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	DEPUTADO JEAN KUHLMANN	Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim	DEPUTADO JOARES PONTICELLI	Em discussão.
DEPUTADO JORGINHO MELLO		DEPUTADO JORGINHO MELLO	(Pausa)
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim	DEPUTADO JOSÉ NATAL	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	DEPUTADO KENNEDY NUNES	Em votação.
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA		DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
DEPUTADO MANOEL MOTA		DEPUTADO MANOEL MOTA	Aprovado.
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0206/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que reconhece o município de Pinhalzinho como Capital Catarinense da Amizade.
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	DEPUTADO MOACIR SOPELSA	Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	Em discussão.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES		DEPUTADO NILSON GONÇALVES	(Pausa)
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO PEDRO UCZAI		DEPUTADO PEDRO UCZAI	Em votação.
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim	DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS		DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	Aprovado.
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim	DEPUTADO RENATO HINNIG	Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0251/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui a Política de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer Bucal no estado de Santa Catarina.
DEPUTADO RENO CARAMORI		DEPUTADO RENO CARAMORI	Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA		DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; Finanças e Tributação e de Saúde.
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	DEPUTADO ROMILDO TITON	Em discussão.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	(Pausa)
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	DEPUTADO SERAFIM VENZON	Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK	Em votação.
DEPUTADO VALMIR COMIN		DEPUTADO VALMIR COMIN	Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS		DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS	Aprovado.
		Consulto se todos os deputados votaram.	
		(Pausa)	
		Está encerrada a votação. Colho o resultado.	
		Temos 25 votos "sim", com o voto do deputado Reno Caramori.	
		Está aprovado em primeiro turno.	
		Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0097/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon, que torna obrigatório disponibilizar aparelho desfibrilador externo automático em evento de qualquer natureza, nos locais que mencionamos.	
		Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.	
		Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.	
		Em discussão.	
		(Pausa)	

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0382/2007, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que proíbe a utilização de Organismos Geneticamente Modificados - OGM - (transgênicos) na merenda escolar das escolas da rede pública do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura e Desporto e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0435/2009, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui o Dia Estadual de Combate às Hepatites, a ser comemorado anualmente no dia 19 de maio.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0470/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a divulgação dos nomes dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pelas chefias de plantão nas entradas principais e de acesso ao público dos hospitais, casas de saúde, prontos-socorros e ambulatórios localizados no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0500/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina o Parque das Sete Quedas do Rio Chapecó, localizado no município de Abelardo Luz.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as

Indicações n.s: 0821/2009 e 0822/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; e 0823/2009, 0824/2009 e 0825/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 1.923/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 1.924/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira; ns. 1.925/2009, 1.926/2009, 1.927/2009, 1.928/2009, 1.929/2009, 1.930/2009, 1.931/2009 e 1.932/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 1.934/2009 e 1.936/2009, de autoria do deputado Genésio Goulart; 1.937/2009 e 1.938/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 1.939/2009 e 1.940/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; e 1.941/2009, 1.942/2009, 1.944/2009, 1.945/2009, 1.946/2009, 1.947/2009 e 1.948/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Requerimento n. 1.933/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor executivo de Relações Institucionais da Oi Brasil Telecom, pedindo a instalação de telefones públicos na área rural do município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.943/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo medidas administrativas para viabilizar a implantação de parcelamento do pagamento das multas de trânsito no território nacional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0247/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, à ministra-chefe da Casa Civil e aos superintendentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal em Santa Catarina, no sentido de que seja instalada uma agência da Caixa Econômica Federal em Santo Amaro da Imperatriz e repudiando o fechamento da agência do Besc naquele município.

O deputado José Natal, com a concordância do autor, também subscreve a presente moção.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira dis-

cutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0063/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig, a ser enviado ao presidente da Casan, solicitando informações sobre as dívidas, os processos judiciais, os investimentos realizados e o novo contrato com o município de Palhoça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, gostaria, com a aquiescência do deputado Renato Hinnig, de assinar este pedido de informação e colocar o que tenho ouvido do povo de Palhoça.

Srs. deputados, a população daquele município afirma que depois que o prefeito tomou ou privatizou, sei lá, o abastecimento de Palhoça a coisa ficou totalmente crítica, pior do que estava no passado. Não houve investimento nenhum para melhoria da rede de água até o presente momento.

Então, deputado Renato Hinnig, eu queria somar-me a v.exa., mesmo porque correm diversos boatos de que o prefeito não paga nenhum dos fornecedores que estão entregando insumos e materiais para o abastecimento d'água de Palhoça.

Então, fica aqui a observação de que depois que Palhoça passou a ter seu sistema de água municipalizado piorou a vida dos palhocenses.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu pediria que, se possível, fosse feito um acordo de líderes para votarmos o segundo turno e a redação final dos projetos que hoje foram votados na maior tranquilidade nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Há concordância dos srs. líderes?

(Os líderes concordam.)

Havendo a concordância dos srs. líderes, está Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para 11h32.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 063ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 11h32, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Edíson Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Vánio dos Santos.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (pela ordem) - Informa que o PLC que trata do ICMS Ecológico deu entrada na Casa em 2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, deliberaremos sobre as redações finais e também sobre as votações em segundo turno das matérias.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Quero agradecer ao Sistema para Acompanhamento do Processo Legislativo, o Proclégis, porque realmente em 2003 deu entrada na Casa o PLC n. 0010/2003, que dispõe sobre critérios de distribuição da parcela da receita do ICMS pertencente aos municípios de que trata os incisos I e II do § 3º do art. 133 da Constituição Estadual e adota outras providências (ICMS Ecológico).

Pois bem, o processo tem nove páginas de tramitação; a Legislatura 2003/2006 terminou, começou a Legislatura 2007/2010, estamos em 2009 e o projeto ainda não está pronto para votação. O processo andou pela CCJ, por outras comissões técnicas, esteve na Fecam, enfim, em 27 de maio do corrente ano chegou ao gabinete do deputado Elizeu Mattos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Professor Grandó, vou pedir a compreensão de v.exa., pois temos que votar as matérias que constam da pauta da Ordem do Dia, mas vou dar segmento ao pleito de v.exa.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Entregarei a v.exa. todo o acompanhamento e agradeço esta oportunidade para melhor esclarecer o povo de Santa Catarina e também todos os que estão interessados no ICMS, que realmente existe esse projeto na Casa, o qual queremos que tenha seguimento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Se houver concordância dos

srs. líderes, vou ler os projetos que estão em sede de redação final e não havendo discordância votaremos em bloco. Caso haja necessidade de destaque de um deles, qualquer deputado pode solicitar.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s.: 0218/2009, 0339/2009, 0224/2009, 0441/2009, 0444/2009, 0448/2009, 0464/2009, 0631/2007, 0347/2009, 0020/2009, 0311/2009, 0485/2009 e 0553/2009.

Não há emendas às redações finais dos referidos projetos.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam com o se encontram.

Aprovadas por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0036/2009, de origem governamental, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim

DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS	sim

Está encerrada a votação.
Temos 24 votos "sim", incluído o voto do deputado José Natal, nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0054/2009, de origem governamental, que cria o quadro de cargos e provimento efetivo do Instituto de Metrologia de Santa Catarina - Imetro/SC.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA		do Projeto de Lei n. 0382/2007, de autoria da
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	deputada Professora Odete de Jesus, que proíbe a
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	utilização de Organismos Geneticamente
DEPUTADO VALMIR COMIN		DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	Modificados - OGM (transgênicos) - na merenda
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS		DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	escolar das escolas da rede pública do estado de
Está encerrada a votação.		DEPUTADO VALMIR COMIN		Santa Catarina.
Temos 24 votos "sim", nenhum		DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS		Ao presente projeto foi apresentada
"não" e nenhuma abstenção.		Está encerrada a votação.		emenda supressiva.
Está aprovada a matéria em segundo		Temos 24 votos "sim", nenhum voto		Conta com parecer favorável das
turno.		"não" e nenhuma abstenção.		comissões de Constituição e Justiça; de
A Presidência registra a presença		Está aprovada matéria em segundo		Educação, Cultura e Desporto e de Saúde.
nesta Casa dos vereadores do município de		turno.		Em discussão.
Dionísio Cerqueira.		Discussão e votação em segundo		(Pausa)
Sejam bem-vindos a este Poder.		turno do Projeto de Lei n. 0187/2009, de autoria do		Não havendo quem queria discutir,
Discussão e votação em segundo		deputado Giancarlo Tomelin, que dá nova redação		encerramos sua discussão.
turno do Projeto de Lei n. 0097/2009, de		ao art. 1º da Lei n. 6.762, de 1986, que dispõe		Em votação.
autoria do deputado Serafim Venzon, que torna		sobre o diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do		Os srs. deputados que aprovam
obrigatório disponibilizar aparelho desfibrilador		hipotireoidismo congênito.		permaneçam como se encontram.
externo automático em eventos de qualquer		Ao presente projeto foi apresentada		Aprovado.
natureza, nos locais que menciona.		emenda supressiva acatada pela comissão de		Discussão e votação em segundo
Ao presente projeto foi apresentada		Constituição e Justiça.		turno do Projeto de Lei n. 0435/2009, de
emenda substitutiva global.		Conta com parecer favorável das		autoria do deputado Carlos Chiodini, que
Conta com parecer favorável das		comissões de Constituição e Justiça e de		institui o Dia Estadual de Combate às
comissões de Constituição e Justiça e de		Saúde.		Hepatites, a ser comemorado anualmente no
Em discussão.		Em discussão.		dia 19 de maio.
(Pausa)		(Pausa)		Conta com parecer favorável das
Não havendo quem o queira discutir,		Não havendo quem queira discutir,		comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.
encerramos sua discussão.		encerramos sua discussão.		Em discussão.
Em votação.		Em votação.		(Pausa)
Os srs. deputados que o aprovam		Os srs. deputados que aprovam		Não havendo quem o queira discutir,
permaneçam como se encontram.		permaneçam como se encontram.		encerramos sua discussão.
Aprovado.		Aprovado por unanimidade.		Em votação.
Discussão e votação em segundo		Discussão e votação em segundo		Os srs. deputados que o aprovam
turno do Projeto de Lei n. 0031/2008, de		turno do Projeto de Lei n. 0205/2009, de		permaneçam como se encontram.
autoria do deputado Giancarlo Tomelin, que		autoria do deputado Reno Caramori, que		Aprovado.
altera o dispositivo 7, da tabela I, da Lei		reconhece o município de Palmitos como a		Discussão e votação em segundo
Complementar n. 219, de 2001, que dispõe		Capital do Vinho Colonial.		turno do Projeto de Lei n. 0470/2009, de
sobre emolumentos relativos aos atos		Conta com parecer favorável das		autoria do deputado Kennedy Nunes, que
praticados pelos serviços notariais e de		comissões de Constituição e Justiça e de		dispõe sobre a divulgação dos nomes dos
registro.		Trabalho, Administração e Serviço Público.		responsáveis administrativos e dos médicos
Em discussão.		Em discussão.		responsáveis pelas chefias de plantão nas
(Pausa)		(Pausa)		entradas principais e de acesso ao público dos
Não havendo quem o queira discutir,		Não havendo quem o queira discutir,		hospitais, casas de saúde, prontos-socorros e
encerramos sua discussão.		encerramos sua discussão.		ambulatórios localizados no estado de Santa
Em votação nominal.		Em votação.		Catarina.
Os srs. deputados que votarem		Os srs. deputados que o aprovam		Conta com parecer favorável das
"sim" aprovam a matéria e os que votarem		permaneçam como se encontram.		comissões de Constituição e Justiça e de
"não" rejeitam-na.		Aprovado por unanimidade.		Trabalho, Administração e Serviço Público.
(Procede-se à votação nominal por		Discussão e votação em segundo		Em discussão.
processo eletrônico.)		turno do Projeto de Lei n. 0206/2009, de		(Pausa)
DEPUTADA ADA DE LUCA	sim	autoria do deputado Dirceu Dresch, que		Não havendo quem o queira discutir,
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim	reconhece o município de Pinhalzinho como a		encerramos sua discussão.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	Capital Catarinense da Amizade.		Em votação.
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim	Conta com parecer favorável das		Os srs. deputados que o aprovam
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim	comissões de Constituição e Justiça e de		permaneçam como se encontram.
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR		Trabalho, Administração e Serviço Público.		Aprovado.
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim	Em discussão.		Discussão e votação em segundo
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	(Pausa)		turno o Projeto de Lei n. 0500/2009, de
DEPUTADO DIRCEU DRESCH		Não havendo quem o queira discutir,		autoria do deputado Marcos Vieira, que declara
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim	encerramos sua discussão.		integrante do patrimônio histórico, artístico e
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim	Em votação.		cultural do estado de Santa Catarina o Parque
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim	Os srs. deputados que o aprovam		das Sete Quedas do Rio Chapecó, localizado
DEPUTADO GENÉSIO GOULART		permaneçam como se encontram.		no município de Abelardo Luz.
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim	Aprovado por unanimidade.		Conta com parecer favorecer favorável
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	Discussão e votação em segundo		da comissão de Constituição e Justiça.
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim	turno do Projeto de Lei n. 0251/2009, de autoria do		Em discussão.
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	deputado Antônio Aguiar, que institui a Política de		(Pausa)
DEPUTADO JOARES PONTICELLI		Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer		Não havendo quem o queira discutir,
DEPUTADO JORGINHO MELLO		Bucal no estado de Santa Catarina.		encerramos sua discussão.
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim	Ao presente projeto foi apresentada		Em votação.
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	emenda modificativa.		Os srs. deputados que o aprovam
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA		Conta com parecer favorável das		permaneçam como se encontram.
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	comissões de Constituição e Justiça; de		Aprovado.
DEPUTADO MARCOS VIEIRA		Finanças e Tributação e de Saúde.		Antes de encerrar a presente
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	Em discussão.		sessão, consulto os srs. líderes se podemos
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		(Pausa)		fazer uma nova sessão extraordinária para a
DEPUTADO NILSON GONÇALVES		Não havendo quem queira discutir,		votação da redação final dos projetos votados
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		encerramos sua discussão.		em segundo turno.
DEPUTADO PEDRO UCZAI		Em votação.		(Os líderes aquiescem.)
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim	Os srs. deputados que aprovam		Esta Presidência encerra a presente
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS		permaneçam como se encontram.		sessão e convoca outra, extraordinária, para
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim	Aprovado.		as 11h40.
DEPUTADO RENO CARAMORI		Discussão e votação em segundo		Está encerrada a sessão.

ATA DA 064ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2009

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 11h40, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Vânio dos Santos.

SUMÁRIO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Anuncia a presença dos vereadores Lirio Volpi e Luiz Alberto Sieves, do PMDB de São Bento do Sul.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Registra a presença dos prefeitos de Rio do Campo e de Ascurra.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Registra a presença da secretária de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, Solange Pagani.

Explicação Pessoal

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Comunica o resultado parcial da pesquisa em seu *site* sobre o destino dos recursos do Fundo Social para bolsas de estudo.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Responde afirmações feitas acerca de sua pessoa pelos estudantes da Unifebe.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Cumprimenta a delegação da Unifebe e comenta sua reivindicação.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Opina que os deputados têm que chegar a um entendimento acerca dos recursos do Fundo Social para bolsas de estudo.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (pela ordem) - Afirma que art. 170 da Constituição Estadual não está sendo mudado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Tânia Eberhardt e Odir Nunes da Silva, de Joinville.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Anuncia que oportunamente usará a tribuna para falar dos recursos do Fundo Social para bolsas de estudo.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença de vários vereadores do PDT.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Anuncia a presença do vereador Osmari Fritz e da vereadora Dalila Rosa Leal.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença do vereador Odir Nunes da Silva, de Joinville, diretor da Uvesc.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Comenta coluna do jornalista Moacir Pereira sobre a palestra de Rudolph Giuliani.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Coloca sua posição referente à reivindicação

da Unifebe; cumprimenta os vereadores do PSDB.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (pela ordem) - Tranquiliza os estudantes quanto ao fato de que o art. 170 da Constituição Estadual não será mudado; dá boas-vindas ao vereador Reinaldo Pagani de Almeida, de Urupema.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Cede sua inscrição ao deputado Giancarlo Tomelin.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Defende a vinda de Rudolph Giuliani a SC; agradece a aprovação da Lei dos Condomínios, de sua autoria.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda a questão do produtor de alimentos.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica o governo do estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Reclama da política do governo do estado na Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa dos vereadores Lirio Volpi e Luiz Alberto Sieves, do PMDB de São Bento do Sul. Sejam bem-vindos a este Poder Legislativo.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, quero registrar a nossa alegria e satisfação de receber nesta Casa o prefeito de Rio do Campo, Antonio Pereira, o nosso amigo Duda, e o prefeito de Ascurra, Moacir Polidoro.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa da secretária de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, Solange Pagani, que hoje está acompanhando a nossa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência também registra a presença do grupo de jovens cooperativistas do nosso grande oeste.

Sejam bem-vindos a esta Casa, pois é um prazer tê-los aqui conosco.

Passaremos à Ordem do Dia.

Se houver concordância dos srs. deputados, faremos em bloco a votação da

redação final dos projetos aprovados em segundo turno.

(Os deputados aquiescem.)

Votação das redações finais dos Projetos de Lei Complementar n.s.: 0036/2009; 0054/2009 e 0031/2009, e dos Projetos de Lei n.s.: 0097/2009; 0187/2009; 0205/2009; 0206/2009; 0251/2009; 0382/2009; 0435/2009; 0470/2009 e 0500/2009.

Não há emendas às redações finais.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Conforme entendimento dos srs. líderes, esta Presidência suspenderá a presente sessão, para que possamos ouvir o representante da Unifebe, de Brusque, Maicon César Crispim, por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, só quero informar que, como já falei para os alunos que estão aqui, abri uma enquête no meu *site* sobre o assunto e que neste momento temos 2.197 participações, sendo que 50,25% estão a favor do Sistema Acafe e 49,75%, a favor do Sistema Ampesc.

Só quero esclarecer aos estudantes que em momento algum falamos em mudar o art. 170, pois ele é "imexível". O que está sendo discutido aqui é o destino dos recursos do Fundo Social e o meu voto será definido através do resultado da pesquisa do meu *site*.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, fui citado nominalmente pela presidência do DCE de Brusque e quero dizer, em primeiro lugar, que não foi o deputado Darci de Matos que entrou com a emenda, foram 15 deputados que entraram com a emenda, e tenho em mãos o documento.

Segundo, nós não estamos querendo mexer no art. 170. O art. 170 é "imexível". Mas estamos e vamos democraticamente alterar a lei do presidente desta Casa, para distribuir proporcionalmente os recursos para os alunos carentes de Santa Catarina, porque o art. 170 dá 90% para a Acafe e 10% para as faculdades particulares.

O art. 170 é antigo. Naquela época eles tinham razão. Mas hoje não, porque hoje as faculdades particulares e a Acafe têm o mesmo número de alunos. E o aluno pobre, o aluno carente, não escolhe a faculdade. Ele está na particular, ele está na Acafe. E esse é o nosso desejo.

Então, vamos discutir democraticamente na comissão de Educação, com a relatoria do deputado Pedro Uczai. Queremos atender a todos os alunos, independentemente da escola em que estão, porque nas particulares temos alunos que trabalham durante o dia e estudam à noite. Portanto, não é justo fazer *lobby* na Casa e dar 90% para a Acafe.

O art. 171 já veio com outra filosofia e faz uma divisão proporcional em Santa Catarina. E essa é uma discussão que vamos fazer democraticamente nesta Casa. Vamos fazer justiça com Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dagomar Carneiro, da região de Brusque.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, gostaria de cumprimentar a delegação da Unifebe presente na Assembleia. Em seguida vamos fazer uma reunião com essa delegação, porque é importante que deixemos claro todo o processo, porque parece que a imagem que se está gerando para Santa Catarina é que estamos mudando o art. 170.

Ocorre que esse é um dinheiro novo, por iniciativa do nosso presidente, deputado Jorginho Mello, que quando assumiu interinamente o governo do estado enviou um projeto a esta Casa destinando mais 1% do Fundo Social para bolsas de estudo. Então, é mais um dinheiro para os nossos estudantes carentes.

A pesquisa feita no *site* do deputado Kennedy Nunes já demonstra a grande divisão que existe, ou seja, estão praticamente empatadas as opiniões. E nós, srs. deputados, com certeza, vamos agir dentro daquilo que for o melhor para todos os estudantes de Santa Catarina. Por isso, vamos ouvir todos os lados.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O Sr. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sou relator dessa matéria e também fui relator da matéria anterior.

Acho que nós, deputados, temos que ter bom senso. E eu até conversava com o deputado Professor Grando na reunião de líderes, no sentido de que temos que buscar o entendimento na Casa.

Os estudantes e as entidades estão-se manifestando. E é legítimo que o façam. Mas nós, deputados, temos que buscar a consolidação de direitos, de alternativas. Acredito que se tivermos bom senso poderemos buscar boas alternativas para não tirarmos o direito de ninguém e ao mesmo tempo ampliarmos novos direitos para os estudantes e para as instituições.

Então, como relator da matéria, deputado Darci de Matos, quero dizer que estou aberto para ouvir a opinião do deputado Professor Grando e dos demais deputados, a fim de que encontremos o entendimento na Casa. Se não conseguirmos, vamos para o voto.

O Sr. Deputado Professor Grando - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - O deputado Pedro Uczai colocou muito bem que devemos procurar o consenso entre os 40 srs. deputados, pois o que todos querem é ajudar o aluno carente através de recursos do Fundo Social.

Agora, ninguém aqui falou no art. 170, que é "imexível". Portanto, v.exa. não poderia aceitar esse abaixo-assinado, porque não existe esse projeto nesta Casa. E eu pediria que v.exa. o devolvesse, por melhor que seja a intenção.

Apoiamos o art. 170, lutamos, dividimos os recursos de forma coerente em anos anteriores. Então, temos conhecimento de causa. Estão criando algo que não existe. Como esta Casa vai receber um abaixo-assinado, se não existe nada relacionado a qualquer mudança do art. 170? O art. 170 é uma conquista e está consagrado na Constituição Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Antônio Aguiar, o representante do DCE falou dessa tribuna, um espaço democrático, porque houve a anuência dos srs. líderes de partido.

Eu, que presido esta sessão neste momento, acho correto que esse abaixo-assinado seja entregue, porque se fosse diferente, também o receberia.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Quero registrar a presença da vereadora Tânia Eberhardt, e do vereador Odir Nunes da Silva, de Joinville. A vereadora Tânia Eberhardt é do PMDB, e o vereador Odir Nunes da Silva é do DEM.

Sejam bem-vindos a esta Casa. Brevemente v.exas. poderão estar aqui. Um grande abraço.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero somente anunciar que vou usar cerca de dez minutos para falar a respeito das bolsas de estudo no estado de Santa Catarina. Os recursos utilizados são públicos, mas são administrados de forma privada por instituições que não têm democracia interna e que não têm controle financeiro público.

Há exceção? Há! Mas precisamos debater tudo isso. E o que não é admissível é que as instituições, tanto do Sistema Acafe quanto do Sistema Ampesc, usem os estudantes para fazer essa guerra, quando, na verdade, o assunto tem que ser discutido como uma política pública de estado e não como uma guerra entre um estudante de uma ou de outra universidade.

Então, vou reservar, num outro dia, o tempo de dez minutos para esse debate, porque não seria em um minuto que daria para falar sobre essas questões do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Seria importante utilizar o horário de Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Dagomar Carneiro,

algum outro assunto ou retornando ao mesmo?

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, queremos registrar a presença no Parlamento dos vereadores pedetistas: Genésio Antônio Colle, de São Miguel d'Oeste; Ruben Paulo Giacomini, Nelcídio Scheffler e o democrata Júlio Diesel, de Paraíso; Vitor Minella, de Itá; Joacir Santos Trindade, de Calmon, minha terra natal. Acompanhando a delegação de Paraíso veio o assessor Luiz e todos estão participando do congresso promovido pela Uvesc e hoje nos dão a honra de assistir à nossa sessão plenária.

Boas-vindas a todos!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Queremos apenas registrar a presença do vereador Osmari Fritz, do PMDB da cidade de Joinville, que aqui se encontra juntamente com a vereadora Dalila Rosa Leal, do PSL.

Sejam bem-vindos e sintam-se bem em nossa Casa.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, encontra-se aqui conosco o vereador Odir Nunes da Silva, de Joinville, que é diretor da Uvesc.

Além disso, quero reforçar o registro do deputado Antônio Aguiar e citar a honrosa presença das vereadoras Dalila Rosa Leal e Tânia Eberhardt, bem como do vereador Osmari Fritz, todos de Joinville.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Gostaria de dizer ao deputado Darci de Matos, que já falou três vezes, mas que daqui a pouco, com certeza, virá falar no Metropolitan e no Joinville, pois perdemos ontem de 2x0, que tenho a convicção de que, no sábado, em Joinville, vamos buscar, com humildade, lá na arena da Manchester Catarinense, a Copa Santa Catarina e vamos vencer por 3x0. Tenho confiança nisso, deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, li atentamente a coluna do jornalista Moacir Pereira e ele a encerra dizendo o seguinte:

(Passa a ler.)

"Rudolph Giuliani elegeu-se prefeito de Nova York pelo excepcional trabalho de combate a todos os tipos de crime como promotor federal e hoje presta consultoria a mais de 50 países.

Dentre muitas lições que deixou para os catarinenses, uma é definitiva: o exercício do comando do setor de segurança pública é incompatível com o interesse partidário, o jogo eleitoral e a ação parlamentar. Para ter eficácia, um projeto complexo tem que ficar distante dos partidos, das eleições e dos mandatos." [sic]

Se o secretário Ronaldo Benedit participou da palestra de Rudolph Giuliani, deve ter ficado roxo, porque o prefeito veio lá de Nova York para repetir o que estamos dizendo: não dá certo política com segurança pública.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon, pela quinta vez.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero primeiramente cumprimentar v.exa. por receber, como presidente, o abaixo-assinado do grupo de jovens acadêmicos de Brusque. Apesar de o teor do abaixo-assinado ser contra a opinião de muitos dos srs. deputados, esta é a Casa onde todas as idéias devem ser debatidas e nós, deputados, politicamente vamos escolher aquilo que melhor atender aos interesses da comunidade catarinense.

Por último, quero agradecer a presença de inúmeros vereadores. Como o PSDB tem 365 vereadores, não quero arriscar-me a dar o nome de todos aqueles que estão aqui. Mas quero cumprimentá-los mais uma vez por sua presença e dizer que este Parlamento é a casa deles também.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, esta Casa, democrática que é, receberá o abaixo-assinado, mas para tranquilizar toda a população de jovens estudantes gostaria de dizer que não existe nenhum projeto nesta Casa que modifique o art. 170. Assim, os estudantes que trouxeram o abaixo-assinado e todos os outros que possam estar imaginando algo, fiquem tranquilos, pois a Casa recebeu o abaixo-assinado, mas não existe esse projeto neste Parlamento.

Eu quero dar as boas-vindas ao vereador Reinaldo Pagani de Almeida, um colega da nossa juventude lá da querida Urupema. Seja bem-vindo a esta Casa, vereador!

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Vou falar pela ordem porque não há mais quase nenhum deputado em plenário, estamos apenas em quatro.

Quero esclarecer para todos os catarinenses e para os funcionários desta Casa algumas questões, mas vou fazer isso na semana que vem porque troquei com o deputado Giancarlo Tomelin que precisa viajar. Mas abordarei o assunto na semana que vem, nesse debate de idéias que visa exatamente ajudar quem trabalha, como v.exa. tanto diz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sr. deputado José Natal, parabéns pela sua intervenção.

Deputado Giancarlo Tomelin, depois de tantos ensaios, v.exa. chega à tribuna para o seu pronunciamento por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, senhoras e senhores que nos assistem pela TVAL, que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, minhas senhoras e meus senhores, deputado Joares Ponticelli, tenho dois assuntos para tratar nesta tribuna e o

primeiro é sobre a vinda do ex-prefeito Rudolph Giuliani.

O vice-governador Leonel Pavan vai assumir o governo no dia 5 de janeiro do próximo ano. Ele será o governador dos catarinenses, será governador na plenitude, e tem algumas preocupações, entre elas a segurança pública. Tanto é que foi a Nova Iorque, conversou com Rudolph Giuliani e resolveu trazê-lo para essa palestra.

Foi uma pena, deputado Joares Ponticelli, que v.exa. não tenha ido lá para ouvi-lo. Foi uma pena que v.exa. não ido lá para aprender com Rudolph Giuliani, pois ele trouxe algumas coisas muito importantes para que Santa Catarina possa avançar na área da segurança.

Agora, se v.exa. tiver algum acesso ao vídeo de campanha que fiz em 2006, constatará que eu já defendia àquela época que o secretário da Segurança Pública não pudesse ser um político. E realmente o ex-prefeito Rudolph Giuliani trouxe isso a Santa Catarina.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Ouço v.exa. Se v.exa. estava lá, eu não o vi, não o cumprimentei e peço desculpas.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Em primeiro lugar, quero dizer que o governo de v.exa. é tão desleigante que nem me convida para essas coisas. Não fui porque não fui convidado, porque o seu governo não convida. O seu governo é mal educado nesse aspecto. Eu não fui convidado.

Em segundo lugar, quem precisa aprender muito é quem está no governo. Ora, se v.exa., que é do partido do vice-governador, já disse na campanha que não pode ser político e em sete anos o seu governo deixa um político fazer essa bandalheira que está fazendo, ele é que tem que aprender, ele é quem tem que mandar o político embora.

Trouxeram um palestrante de Nova Iorque para dizer aquilo que Santa Catarina já sabia? Juntar interesse político com polícia não dá certo, tanto que tenho uma PEC tramitando e vou fazer um desafio a v.exa.: já que v.exa. defende tanto isso, ajude a aprovar a minha PEC que proíbe que políticos comandem a Segurança Pública, porque o governo que v.exa. integra está sentado em cima da PEC há dois anos e não a deixa tramitar. O que quero é que o comando da Segurança Pública, não apenas para o atual governo, mas eternamente, seja exercido por policial, por delegado, por membro de carreira.

Cumprimento v.exa. pelo esforço e espero que o governo aprenda logo, porque está terminando oito anos de mandato com essa tragédia na Segurança Pública de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Deputado Joares Ponticelli, v.exa. sempre foi um deputado que demonstrou conhecimento, mas desta vez v.exa. não leu nada durante esta semana, porque o evento não era do governo. V.Exa. não conseguiu entender que aquele evento foi realizado pela Fecam e pela ADVB. Agora, se a Fecam não o convidou, aí passa a ser um problema particular de v.exa. com a Fecam e com a ADVB. A responsabilidade não é do governo, não foi o governo de Santa Catarina que organizou o evento, foi a Fecam - a Federação Catarinense dos Municípios.

Foi uma pena que mesmo assim v.exa. não tenha falado comigo, com os parlamentares que têm conhecimento com a Fecam, que sabem dos problemas dos municípios, que conhecem os prefeitos, porque poderíamos ter arrumado um convite para

v.exa. ir assistir, escutar e aprender um pouco sobre segurança pública, eis que muito v.exa. vem a esta tribuna falar sobre isso.

Foi um evento maravilhoso, no qual Rudolph Giuliani trouxe gratuitamente conhecimentos e informações importantíssimos para a segurança do Brasil, de Santa Catarina e dos catarinenses. Informações valiosas foram colocadas para o comando das Polícias Civil e Militar de Santa Catarina, para todos os que trabalham com segurança privada e para todos aqueles que têm e sabem a sua função na Segurança Pública.

Foi um momento ímpar, com articulação, inteligência, de uma forma simples, barata, porque Rudolph Giuliani não cobrou nada para vir aqui. O cachê do palestrante Rudolph Giuliani fica entre US\$ 200 mil e US\$ 300 mil dólares, mas ele veio gratuitamente a Santa Catarina. Isso é eficiência. Isso é governo. Isso é divulgar Santa Catarina. Isso é mostrar o estado para o mundo.

Por isso, deputado Joares Ponticelli, foi uma pena que v.exa. não tenha ido lá para ouvir tudo o que foi falado. A humildade para ouvir é importante.

O que me traz à tribuna hoje é um assunto que me deixou muito feliz. E encerro esta semana no Parlamento catarinense com a consciência tranquila e, mais do que isso, com o dever cumprido, já que os catarinenses me colocaram aqui para fazer leis que possam melhorar a sua qualidade de vida, deputado Serafim Venzon.

E a lei que esta Casa aprovou hoje, que faz com que os inadimplentes, aqueles que estão passando por dificuldades financeiras, aqueles que não conseguem pagar a taxa de condomínio e às vezes deixam uma, duas, três, quatro, cinco taxas em atraso, e que quando vão ver já há dez, 15, 20 taxas de condomínio em aberto, que representam uma dívida impagável, têm o seu imóvel levado a leilão público, com uma ação do Tribunal de Justiça.

Por isso esta Casa aprovou o projeto de lei em tempo recorde. Lá em São Paulo, deputado Jailson Lima, o projeto de lei demorou seis anos para ser aprovado; no Rio de Janeiro, quatro anos para ser aprovado; aqui, com a articulação dos deputados e da equipe do meu gabinete, em 14 meses foi aprovado. Inclusive, quero reverenciar e agradecer o trabalho do Herculano, do Júnior, do Igor, da Patrícia e de todos os que se envolveram para que esse projeto de lei pudesse estar em plenário hoje, aprovado pela unanimidade dos srs. parlamentares.

E você, síndico, ganhou uma lei e não precisa mais ter medo. A taxa de condomínio, com a promulgação da lei, será um título executivo protestável em cartório. Você vai poder chamar o inadimplente para adimplência; você vai poder dizer àquele que é mau pagador por uma dificuldade financeira momentânea, como todos nós já tivemos, que ele tem que pagar, senão vai ter o crédito na praça arrojado; senão vai ter o seu nome inscrito no SPC; senão vai ter o seu nome no Serasa. E aí não comprará mais carro, não financiará mais a geladeira, não comprará mais o fogão. Vai ter, sim, que encerrar a taxa de condomínio como uma dívida e não jogar no colo do bom pagador. O não pagador vai ter, sim, que conversar com o síndico e negociar; vai ter, sim, que ter uma relação de sociabilidade com os condôminos. Assim vai melhorar a sociabilidade do condomínio e fazer com que a discriminação diminua.

Hoje ocorrem situações do tipo: a pessoa entra no elevador e encontra um vizinho que está em débito com o condomínio. Eles não conversam, não se cumprimentam. E

sabem por quê? Porque a pessoa que faz isso sabe que está pagando a conta do não pagador. E este Parlamento aprovou uma lei que vai baixar a taxa de condomínio, que vai diminuir as ações na Justiça, que vai melhorar a sociabilidade.

É uma grande lei para os catarinenses. E os deputados vêm para esta Casa para fazer leis boas, e essa é uma lei boa! Quero agradecer muito a todos os deputados que aprovaram por unanimidade essa lei e dizer aos membros das comissões de Finanças e de Justiça muito obrigado! Essa vai ser uma lei para melhorar a qualidade de vida dos catarinenses! O síndico não vai precisar mais ter medo de ser réu de uma ação por dano moral; não vai precisar mais ter medo de impor ao não pagador o seu dever legal de pagar o condomínio.

Você, que paga um condomínio de R\$ 100,00, saiba que vai baixar a taxa de condomínio. Se não baixar, pelo menos vai sobrar mais dinheiro no caixa para fazer melhorias dentro do seu condomínio: pintar o prédio, reformar o parquinho e o salão de festas, pagar as taxas de iluminação e de segurança. Se não baixar a taxa, vai ter mais dinheiro no bolso! Essa é uma decisão dos condomínios catarinenses.

Mas hoje, dia 3 de dezembro de 2009, Santa Catarina aprovou uma grande lei: a lei da inadimplência nos condomínios. Não é a lei contra o inadimplente. É uma lei para o bom pagador. Quantos, em Santa Catarina, fazem leis para os bons pagadores, leis para aqueles que estão com a taxa em dia?! É difícil pagar as contas, deputado Joares Ponticelli, e o bom pagador tem que ser valorizado! Foi essa a lei que esta Casa aprovou!

Por isso, síndicos de Santa Catarina, vocês ganharam um presente na semana do Dia do Síndico: uma lei para a qualidade de vida dos catarinenses. E os cartórios agora poderão agir sem precisar da Justiça.

Parabéns a todos os bons pagadores. E aqueles que estão passando por dificuldades terão agora que entrar no trilha, que entrar na linha, e pagar a sua taxa de condomínio!

Era isso o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, que fez uma troca.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-lo por compreender que o deputado Edison Andrino havia trocado de horário comigo.

Sr. presidente, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL, srs. vereadores que estão no congresso e que acompanham esta sessão, a minha saudação carinhosa a todos! E peço aos companheiros do PSDB que ajudem a encaminhar os vereadores do nosso partido também para o nosso gabinete, assim como as lideranças do PSDB, pois todos nós estamos aqui para recebê-los bem. Obrigado pela visita!

Quero cumprimentar todos os agricultores, os produtores, mas, de uma forma mais especial, os produtores de leite. Se observarmos as ações do governo no que tange à produção, veremos que neste ano foi dada uma atenção especial aos fabricantes de carros, reduzindo o IPI. Com isso muita gente comprou o seu carro. Aliás, compraram até carros demais. A grande maioria das cidades não comporta mais o volume de veículos automotores que temos. Mas, enfim, isso tudo

movimentou a economia, o setor automobilístico e certamente favoreceu também o próprio governo, porque havendo um maior consumo de combustível, álcool e gasolina, ocorre também uma grande arrecadação por parte do governo.

Depois o governo federal zerou a alíquota do IPI sobre os móveis que são produzidos praticamente em todas as cidades de Santa Catarina, mas com destaque especial para o planalto norte: São Bento do Sul, Rio Negrinho e Mafra. Certamente isso vai movimentar, e muito, a economia no estado inteiro.

Mas quero abordar aqui, sr. presidente, a questão do produtor de alimentos. Se formos conversar com o produtor de banana, ele dirá que aumentou o preço do trator, do óleo, dos insumos, dos venenos, mas que o preço da banana diminuiu.

Se falarmos com o produtor de arroz, ele dirá a mesma coisa, ou seja, que aumentou o preço do trator, do adubo, das máquinas, mas o preço do arroz baixou. A saca do arroz, que já foi vendida a R\$ 40,00, agora está sendo vendida a R\$ 26,00, R\$ 27,00, R\$ 28,00, menos de R\$ 30,00.

Se falarmos com o produtor de leite, porque também se produz leite em muitos municípios de Santa Catarina, lá no extremo oeste, no médio oeste, na região no alto vale, ele dirá a mesma coisa. E ontem, especificamente, participei de uma reunião com um grupo de produtores de leite, que me informou que o litro de leite, que era vendido a R\$ 0,65, R\$0,64, agora não passa de R\$ 0,55. Na hora que vamos comprar o leite no mercado, pagamos R\$ 1,20, R\$ 1,50, mas entre a produção e a venda ao consumidor, existe o processo de industrialização, a conservação, e tudo isso tem um custo alto.

E dizia-me um comprador de leite, que depois coloca o leite no mercado, que só a caixinha do leite custa R\$ 0,40. Ora, se ele paga R\$ 0,45 ou R\$ 0,50 o litro e só a caixinha custa R\$ 0,40, praticamente chega a R\$ 0,80 ou R\$ 0,90 o SEU custo, sem que ele não tenha ganhado nada ainda. Daí entra todo o trabalho de coleta lá do agricultor até a fábrica, depois vem a conservação do leite, o que requer uma porção de gastos químicos, e depois vem a distribuição. Quer dizer, tudo isso vai gerar uma despesa grande. E será que ele conseguirá repassar esse custo?

Os maiores sofrendores são as duas pontas mais frágeis: o produtor e o consumidor final porque ou se repassa o valor para o consumidor final, ou paga-se menos para o produtor.

Para se ter uma ideia, sr. presidente, veja que o mercado de Santa Catarina tem aumentado, nos últimos anos, mais de 3% ou 4% ao ano. Por exemplo. Em 2003, Santa Catarina produziu 1.332.000.000 litros de leite; em 2004, 1.476.000.000; em 2005, 1.555.000.000; em 2006, 1.709.000.000 e em 2008, 1.860.000.000. Quer dizer, veio aumentando um pouco mais do que o aumento vegetativo.

Mas o que preocupa recentemente é que esse aumento da produção local vem sofrendo a concorrência do mercado mundial. Para termos uma ideia, a Ásia, por exemplo, é a maior produtora de leite, seguida da Europa, depois vem a América do Norte, e nós, da América do Sul, ficamos com uma parcela muito pequena. Aproximadamente 40 bilhões de litros/ano o mundo exporta de um país para outro. E é isso que nós estamos sofrendo agora no Brasil. Esse leite que é produzido na Europa, que é produzido na Ásia, tem subsídios por parte do governo. Assim, os derivados desse leite chegam aqui por um

preço menor do que o nosso custo de produção. Dez por cento do peso do leite pode ser transformado em queijo. Para termos uma ideia, com dez litros de leite conseguimos fazer, aproximadamente, um quilo de queijo. Então, se o custo do leite para a indústria é, no mínimo, R\$ 0,45 o litro, um quilo de queijo já vai custar para ele dez vezes mais só de matéria-prima, que seriam R\$ 4,50. Ora, como na Ásia e na Europa há subsídios para a produção de leite, os derivados do leite de lá chegam aqui mais baratos.

E mais! Temos ainda um agravante que precisamos corrigir, urgentemente. Nós temos a Vigilância Sanitária e, por exemplo, com a licença municipal, o produtor pode vender no município. Se ele tiver a licença estadual, poderá vender em todos os municípios de Santa Catarina. E se ele tiver uma licença federal, poderá vender os derivados do leite em qualquer estado da federação.

Daí vem a pergunta: se eu tenho a licença municipal, por que não posso vender em outro município? Qual é a justificativa? Será que aquele queijo derivado do leite não faz mal no município onde é produzido e no outro município pode fazer mal a alguém? Ou se a indústria tem uma licença estadual, por que não pode vender no Paraná, em Minas Gerais e em São Paulo? Será que não fazendo mal para os catarinenses, faria mal para os gaúchos e para os paranaenses?

Por isso que eu vejo alguma incoerência quanto a precisar ter a licença federal para atender o país, a licença estadual para atender o estado e a licença municipal para atender o município. Apenas uma única autorização da Vigilância Sanitária deveria bastar para que o produtor comercializasse o seu produto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e catarinenses que participam da sessão do dia de hoje, especialmente os colegas parlamentares municipais que desde ontem comparecem em grande número à nossa Casa Legislativa. São mais de 500 vereadores que participam de mais esse congresso da Uvesc, entidade para a qual tive o privilégio de ser eleito secretário-geral, em 1997, deputado Jailson Lima, quando exercia o primeiro mandato de vereador, primeiro e único. Na verdade, tive meio mandato apenas de vereador, e naquele período integrei a entidade e fui eleito secretário-geral já na chapa do nosso companheiro Rui Mendonça, que é novamente presidente da entidade e realiza um grande trabalho.

Mas ainda com relação à questão abordada pelo deputado Giancarlo Tomelin acerca da vinda do ex-prefeito de Nova Lorque, Rudolph Giuliani, no evento que encerrou o congresso da Fecam, quero só, a título de correção, porque o deputado se equivocou, dizer que o ex-prefeito veio numa ação conjunta da ADVB, Fecam e governo de Santa Catarina, que deve ter sido o principal patrocinador. Portanto, acho que o governo deveria ter sido mais cuidadoso na questão dos convites.

Mas, independentementedisso, e não vamos criar caso por isso, eu ressaltei, e destaco novamente, aquilo que disse, com

muita propriedade, o jornalista Moacir Pereira no dia de hoje. E o que ele coloca na coluna, deputado Jailson Lima, é o que nós estamos dizendo há muito tempo: é incompatível o interesse pelo voto com segurança pública. É incompatível a atividade política com polícia. A Segurança Pública tem que ser comandada por gente que conhece e que é dos quadros da Segurança Pública. Não pode haver ação político-partidária. Quando misturam o interesse pelo voto na Segurança Pública, geralmente o bandido ganha e a sociedade perde.

E é isso que está acontecendo neste estado. Estamos vendo o crescimento, deputado Sargento Amauri Soares, da violência em todo o estado. Tenho dito aqui, e repito - e os vereadores que estão aqui vindos de diversas regiões sabem disso -, que a descentralização que o povo catarinense mais sentiu nesses sete anos foi a da violência. A violência, sim, foi descentralizada, deputado Sargento Amauri Soares, porque antes os números assustavam nos grandes centros, nas grandes cidades, nas grandes aglomerações urbanas. Agora a violência está sendo sentida, percebida, constatada lá no pequeno município, lá na comunidade rural! É lá que está chegando a violência, por conta do desmonte, da falta de equipamentos, da falta de homens e mulheres na Polícia Militar e na Polícia Civil.

Vejam que a criação das vagas de escrivão da Polícia Civil, da segunda etapa do concurso, ainda não chegou aqui, deputado Sargento Amauri Soares. E faz dois meses que realizamos uma audiência pública!

Não sei a reposição atende às aposentadorias na Polícia Militar. Acho que não atende. Na Polícia Civil a carência é enorme. Então, falta homem, falta mulher, falta motivação por conta das políticas salariais prometidas e não honradas, como a Lei Complementar n. 254, como o plano de cargos e salários da Polícia Civil. Faltam equipamentos, falta inteligência!

A evolução da tecnologia coloca equipamentos à disposição que ajudam, como câmeras de vigilância eletrônica, porque quando a câmera fica 24 horas fazendo a vigilância eletrônica, a ronda, o policiamento ostensivo pode deslocar-se para as periferias, para os bairros. Isso ajuda, já que faltam homens e mulheres, então que coloquem equipamento.

Falta uma política pública para cuidar disso. Porque o que nós temos é um secretário pensando somente na política partidária, pensando somente no voto. Tanto que, ontem, o deputado Pedro Uczai nos surpreendeu com a

informação oficial de que o secretário Ronaldo Benedet tinha conhecimento dos absurdos que ocorreram em São Pedro de Alcântara desde 8 de março de 2008 e não tomou providências. Isso é negligência, isso é omissão, isso é caso de afastamento sumário. Se tivéssemos um governo sério, responsável, ele já teria sido afastado sumariamente. São esses os equívocos que o governo está cometendo.

E aí nós percebemos, deputado Sargento Amauri Soares, a inversão dos investimentos, o que é realmente prioridade para este governo megalomaniaco. Aplicar R\$ 3 milhões do estado para patrocinar a vinda de Andrea Bocelli para fazer um concerto em Florianópolis dia 28 de dezembro? Pelo amor de Deus, deputado Jailson Lima, vamos aplicar esses recursos em câmeras de vigilância eletrônica, em equipamentos e aparelhamento para a nossa polícia, no pagamento de uma gratificação natalina para tentar reanimar essa gente tão desanimada.

Dizem, segundo os cálculos que estão sendo feitos por aí, que este Natal de Florianópolis vai ultrapassar a casa dos R\$ 10 milhões de recursos do poder público. Enquanto isso, temos a ponte Hercílio Luz que já ganhou até *outdoor* de "Obrigado, governador". Ele está indo embora e a obra não aconteceu. São essas coisas que estão erradas. O Desafio das Estrelas, que privilegiou uma elite na semana passada, teve R\$ 4 milhões do poder público. Para quem? Para uma elite! O ingresso do camarote era vendido de R\$ 8 mil a R\$ 15 mil cada um. E havia R\$ 4 milhões de dinheiro público aplicados naquele negócio! Isso está errado, isso está equivocando, o governo está-se perdendo nessas coisas. Não está certo, não vai acabar bem!

Por isso que o fim está sendo melancólico. Por isso que os candidatos do partido do governador tocam a tropa em qualquer pesquisa. Por conta desses equívocos. E essas buchas todas vão estourar no colo de Leonel Pavan, se é que o governador Luiz Henrique realmente vai passar-lhe o governo. Mas vai entregar a caneta sem tinta, porque vai tirar férias, demonstrando que não confia no vice-governador, senão renunciaria agora. Não confia, por isso vai só tirar férias e a coisa vai ficar muito ruim para Leonel Pavan do jeito que está encerrando.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri

Soares - Deputado, quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento. Percebi que v.exa. se inscreveu enquanto o deputado Giancarlo Tomelin falava a respeito da vinda de Rudolph Giuliani.

A verdade, deputado é que aquilo que ele disse, nós vimos falando há seis, oito, 20 anos. Ele disse que é preciso unificar as instituições de Segurança Pública, todas agindo num comando único. Era a proposta dos cem primeiros dias, em 2003, do governo Luiz Henrique. Pintaram até as viaturas com a mesma cor no começo. Agora está todo mundo se matando na Segurança Pública de Santa Catarina por causa do salário. Podem até dizer que eu estou exagerando, fazendo sensacionalismo. Não estou! Nós já tivemos arma em punho em Santa Catarina de uma instituição contra a outra.

Ouvimos, recentemente, mais uma gravação do comandante do 4º Batalhão dizendo que não ia atender à área do Shopping Beira-Mar, na Bocaiúva, porque a Guarda Municipal havia instalado câmeras no *shopping* e o *shopping* não convidou a Polícia Militar para a inauguração. Então, que ligassem para a Guarda Municipal para resolver a ocorrência naquela área.

Por que falta efetivo? V.Exa. falou sobre isso também. O comandante disse, há 15 dias, para a rede de televisão RBS, que muitos se aposentam, outros são excluídos, pois sabemos que quem reivindicar a Lei n. 154 é excluído, é tirado da rua.

Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli, desculpe tomar tanto o tempo de v.exa.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Enquanto isso, o secretário de Segurança Pública continua cuidando apenas da sua campanha e a violência sendo descentralizada por toda ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - De acordo com o art. 110 do Regimento Interno, a Presidência comunica que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 114ª Sessão Ordinária do dia 08 de dezembro de 2009: discussão e votação em turno único das mensagens de veto aos Projetos de Lei n.s: 1.212/2009, 1.229/2009, 1.246/2009, 1.247/2009, 1.248/2009 e 1.258/2009.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 16h, em homenagem aos 30 anos da Fundação Catarinense de Cultura - FCC.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER PARA DEBATER O PROJETO DE LEI FEDERAL 7.703/2006, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA MEDICINA, CONHECIDO COMO ATO MÉDICO, REALIZADA NO DIA NOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E NOVE, ÀS NOVE HORAS, NO AUDITÓRIO ANTONIETA DE BARROS, NA ALESC

Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e nove, às nove horas, realizou-se no Auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por proposição da deputada Ana Paula Lima, presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, audiência pública para discutir o Projeto de Lei federal 7.703/2006, que dispõe sobre o exercício da Medicina, conhecido como Ato Médico. Dando início à audiência pública, a **mestre de cerimônias, senhora Soraia Boabaid**, deu boas-vindas a todos e

convidou para tomarem assento à mesa as seguintes autoridades: deputada Ana Paula Lima, presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher da Alesc; senhora Perla Teles, neste ato representando o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito); senhor Sandroval Francisco Torres, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Crefito); senhora Marilene Wittitz, vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina; senhora Lyzete Antunes Jardim, presidente da Associação Catarinense de Terapia Ocupacional (Acato); senhor Eduardo Comelli Goulart, neste ato representando o Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina; senhora Jaçany Borges, neste ato representando o Conselho Regional de Enfermagem; senhora Maria Sirene Cordioli, representando o Conselho Regional de Serviço Social; e senhora Francine Ferrari, neste ato representando a presidente do Conselho Regional de Nutricionistas - CRN10. Ato contínuo, a mestre de cerimônias passou a condução dos trabalhos à deputada Ana Paula Lima, que inicialmente registrou a **presença** das seguintes autoridades: senhor Adriano Souza, neste ato representando o Centro Catarinense de Reabilitação; professora Rita de Cássia Clark

Teodoroski, coordenadora do curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá; professor Alessandro Barreto Almeida, neste ato representando o curso de Enfermagem da Faculdade Estácio de Sá; professor Mayco Moraes Nunes, chefe do Departamento de Fisioterapia da Udesc; professora Maria Itayara Padilha, neste ato representando o Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC; professora Lúcia [Hisako Takase], coordenadora do curso de Enfermagem da UFSC; senhora Caroline da Silva, presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina; senhor Fábio Sprada de Menezes, neste ato representando a Sociedade Nacional de Fisioterapia Esportiva; senhor Alceu Eduardo Furtado, neste ato representando a Associação dos Fisioterapeutas e Acupunturistas do Brasil (AFA); senhora Camille Weiser, terapeuta ocupacional, neste ato representando a Clínica Municipal de Fisioterapia de Biguaçu; senhor Fabrício Lazzari de Oliveira, neste ato representando a Juventude Progressista de Itapema; senhor Paulo Cesar, neste ato representando o deputado federal Décio Lima. Em seguida, informou que recebeu correspondência contendo a justificativa de ausência do senador Neuto De Conto e da senadora Ideli Salvatti, ressaltando que irão precisar muito deles, e que o Conselho Regional de Medicina, até o momento sem representação na audiência pública, havia enviado um e-mail afirmando que se faria representar. Agradeceu a presença de todos e destacou que já houve debate sobre o assunto antes de a lei ser votada na Câmara dos Deputados. Prosseguindo, informou que a audiência pública atende proposição de diversos Conselhos da área da saúde no sentido de debater o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PL 7.703/2006, que dispõe sobre o exercício da Medicina, mais conhecido como Projeto do Ato Médico, o qual teve origem no Senado e foi recentemente aprovado, com mudanças, na Câmara dos Deputados, retornando agora à votação no Senado. Ressaltou que este Parlamento reconhece o direito da classe médica em regulamentar a sua profissão mas também reconhece as dúvidas e angústias das muitas categorias profissionais da área da saúde (Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Psicologia, Biomedicina, Fonoaudiologia, Biologia, Educação Física, Serviço Social, Naturologia), que temem que o texto que foi aprovado na Câmara dos Deputados também seja aprovado no Senado. Disse que entende a saúde como um direito da população brasileira e que defende um modelo de sistema único de saúde, em especial equipes multidisciplinares, ponderando que não podemos estar presos nem a dogmas nem à reserva de mercado na área da saúde. Salientou que o ser humano não é as suas partes, e sim o seu todo, e que para garantir o direito de todos é necessário uma ação conjunta de todos os profissionais que atuam na área da saúde e na área da assistência. Lembrou que o papel desta audiência pública é ouvir não só a classe médica, sem nenhum representante até o momento, mas também o que pensam e defendem os demais profissionais da saúde. Externando votos de que seja feito um bom debate sobre a regulamentação do exercício da classe médica, salientou que é importante expor com clareza e com verdade o que une e o que separa todos neste debate, até mesmo para contribuir com os senadores que têm a responsabilidade de votar esse projeto. Finalizando, disse que, como enfermeira, tem manifestado publicamente sua preocupação em relação ao texto enviado para ser votado no Senado federal e que no momento oportuno fará algumas considerações sobre o que pensa, acrescentando que, como coordenadora dos trabalhos, tem o papel de garantir, de forma democrática, a realização dos debates nesta audiência pública. Ato contínuo, concedeu a palavra aos membros da mesa para fazer a sua saudação inicial. A **senhora Perla Peres, representando o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**, ressaltou a importância de estarem discutindo e refletindo sobre os pontos conflitantes do PL 7.703/2006 e a importância de se garantir o livre acesso da população brasileira aos demais profissionais da saúde. O **senhor Sandroval Francisco Torres, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**, salientou sua responsabilidade no debate sobre um assunto que já os reuniu em outras situações, avaliando que se não discutirem num espaço democrático o destino, o futuro das profissões que trabalham com a saúde no Brasil, provavelmente vão ter que se reunir cada vez mais para discutir outros temas relacionados à saúde porque a aprovação do projeto como se encontra causará um impacto bastante desgastante nas demais profissões da área em questão. Incitou todos a um debate tranquilo e agradeceu ao Parlamento catarinense a oportunidade de poderem externar o seu ponto de vista acerca do tema. A **senhora Marilene Wittitz, representando o Conselho Regional de Psicologia**, registrou sua satisfação em perceber toda a mobilização que está sendo feita para que se consiga impedir, de alguma maneira, que seja aprovado o projeto do Ato Médico da forma como está estabelecido. Disse que tanto o Conselho Nacional como o Conselho Regional de Psicologia reconhecem a importância da regularização médica no Brasil, ponderando que isso não pode se transformar em sinônimo de conhecimento total da complexa área da saúde humana, por isso que precisam impedir hoje esse retrocesso histórico. A **senhora Lyzete Antunes Jardim, presidente da Associação Catarinense de Terapia**

Ocupacional, desejou a todos um excelente debate e deixou claro que uma única profissão não pode impedir o exercício de todas as outras. Registrou que nesses últimos quarenta anos a terapia ocupacional obteve grandes vitórias e que, diante disso, não há como retroagir, pois o momento é de avançar, daí a importância dessa união. O **senhor Eduardo Comelli Goulart, representando o Conselho Regional de Farmácia**, avaliou que a abordagem e a visão multiprofissional sobre saúde são muito mais importantes, relevantes e saudáveis que a visão exclusivista. Relatou que como professor do curso de Farmácia da Unisul vê acadêmicos das diversas áreas de saúde colaborando entre si naquela universidade e fomentando a moderna visão da abordagem multiprofissional, opinando que a considera adequada ao processo de saúde e doença e que tal visão deve continuar a ser praticada depois que se sai da academia. Agradeceu a oportunidade de poderem externar as suas ideias, disse que o Conselho que representa espera contribuir para o debate e manifestou seu desejo de que também fosse debatida aqui a questão da citopatologia (Papanicolaou), uma situação específica dos profissionais de farmácia que está diretamente relacionada à saúde pública, em especial à saúde da mulher. A **senhora Jaçany Borges, representando o Conselho Regional de Enfermagem**, disse que a enfermagem catarinense é favorável à regulamentação do projeto de lei para o exercício da Medicina mas contra a perda de autonomia que a aprovação desse projeto vai impor às outras profissões da área da saúde e ao usuário comum. A **senhora Maria Sirene Cordioli, representando o Conselho Regional de Serviço Social**, manifestou o apoio do Conselho que representa à mobilização. Reforçou a importância do trabalho multidisciplinar e da autonomia dos profissionais para garantir o bom atendimento ao usuário do sistema de saúde, principalmente do SUS. A **senhora Francine Ferrari, neste ato representando a presidente do Conselho Regional de Nutricionistas - CRN10**, agradeceu à deputada Ana Paula Lima o apoio e lembrou que o caminho é árduo. Informou que é coordenadora do curso de Nutrição da Unisul e destacou que as diversas áreas dos participantes da mesa simbolizam a importância da trans e interdisciplinaridade entre as profissões ali presentes, cuja autonomia deve ser respeitada. Registrou que a sua classe apoia a regularização da profissão do médico mas não o projeto como consta hoje no Senado, já que, nas entrelinhas, ele avança nas competências dos demais profissionais da saúde, que são capacitados tecnicamente. Retomando a palavra, a **senhora presidente, deputada Ana Paula Lima**, agradeceu a manifestação inicial dos componentes da mesa e registrou a presença da professora Maria Lígia dos Reis, coordenadora do curso de graduação em Enfermagem da Univali/Biguaçu, e da senhora Tânia Soares Rebelo, vice-presidente da Associação Brasileira de Enfermagem - seção de Santa Catarina. Chamou atenção novamente para a ausência de representante do Conselho Regional de Medicina e passou para o debate, concedendo inicialmente a palavra por cinco minutos aos participantes da mesa. Primeiramente, usou da palavra o **senhor Sandroval Francisco Torres, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**, que destacou que tanto o Conselho Federal quanto os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional têm trabalhado diuturnamente para tentar conscientizar o maior número de cidadãos sobre o perigo de ser aprovado o projeto da forma como ele se encontra, acrescentando que depois de a Câmara Federal ter aprovado o PL 7.703 não restaram muitas opções para se trabalhar o texto desse projeto, daí ser de fundamental importância voltar a discuti-lo, porque existem algumas áreas de sombra entre as profissões que são conflitantes. Salientou que o diagnóstico nosológico é um dos aspectos que mais atingem as profissões na área da saúde, reportando-se especificamente à Fisioterapia e Terapia Ocupacional, avaliando que essa lei que reconhece que somente ao profissional médico compete o diagnóstico nosológico e a prescrição terapêutica sobre as doenças que afetam o ser humano está na contramão de tudo que a saúde tem conquistado ao longo desses anos. Reforçou o pedido de não se permitir que o projeto em foco seja aprovado da forma como se encontra pelo fato de existirem diversos aspectos que atingem pontualmente uma ou outra profissão e um ou outro campo do saber e do fazer. Observou que o projeto, da forma como saiu da Câmara Federal, permite que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina gerem demanda jurídica sobre as demais profissões, impedindo que os demais profissionais da saúde realizem diagnóstico das doenças e façam prescrições terapêuticas. Disse que não consegue entender como uma lei passa por toda essa trajetória de mais de sete anos e chega a ponto de ser aprovada sem que se perceba essa reserva de mercado, que significa que um fisioterapeuta ou outro profissional da saúde não pode atender quem quer que seja ou prescrever sem que antes o médico tenha feito o diagnóstico. Frisou que não existe saber suficiente de um único profissional que detenha os saberes das treze profissões da saúde regulamentadas até agora, informando que no Brasil existem três milhões de profissionais que compõem as profissões não médicas e aproximadamente trezentos e quarenta mil médicos. Questionou como essa demanda gerada por essa lei vai ser

absorvida e como o Sistema Único de Saúde vai absorver o impacto dessa lei, uma vez que ele preza a saúde integral, o livre acesso do cidadão à saúde, opinando que o projeto fere os princípios da saúde integral no Brasil, haja vista que tutela as demais profissões e hierarquiza a saúde. Prosseguindo, deixou claro que o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional não é contrário à regulamentação de qualquer profissão, muito menos da Medicina, pois reconhece a importância de o profissional médico ter a sua profissão regulamentada, apenas não pode admitir a tutela imposta. Registrou que o Conselho já promoveu mobilizações nas cidades de Blumenau, Chapecó, Lages e Joinville e que tem outras mobilizações agendadas, frisando que em todas elas fica clara a preocupação dos profissionais e acadêmicos no sentido de que esse projeto de lei não os coloque sob a tutela de outra profissão. Disse que essa preocupação não diz respeito a perder espaço no mercado, mas porque o cidadão vai ficar privado de uma conquista histórica para a saúde no Brasil, qual seja, o livre acesso à saúde integral. Finalizando, advertiu sobre o risco de ser fragmentada a consolidação dessas profissões por esse projeto de lei aprovado da forma como está e enalteceu a importância do debate sobre esse e outros aspectos do projeto. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Eduardo Comelli Goulart, representando o Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina**, que reforçou a importância de se ter um espaço democrático para opinar e ouvir a colaboração específica do conhecimento de cada profissão. Disse que se cria um ponto de interrogação muito grande quando se começa a avaliar os vários profissionais que hoje atuam na abordagem da saúde do paciente, porque isso só acontece a partir do reconhecimento científico e social, reforçando que é um retrocesso perigoso condicionar a contribuição desses profissionais a um único profissional, principalmente na saúde pública. Comentou a discussão em nível nacional sobre a falta de médicos em muitas regiões do País, lembrou que o contexto todo é contrário a esse ato exclusivista e lamentou a forma como esse processo está caminhando, porque parece que o contexto científico nacional e internacional está sendo colocado de lado em detrimento de outras coisas que não lhe parecem claras até o momento ou que não querem ficar claras. Sobre o projeto ser aprovado no Senado da forma como está, ponderou que o currículo do curso de Medicina não vai dar condições ao profissional de ter conhecimento em todas as áreas, complementando que mesmo que se criem novos modelos de currículos médicos, também não se chegaria ao mesmo nível de profundidade a que chegam cada uma dessas profissões, e aí haveria desqualificação no atendimento do paciente e um grande risco para a saúde pública brasileira. Registrou que o Conselho Regional de Farmácia não é contrário à regulamentação da atividade médica desde que se reconheçam os demais profissionais de saúde, os quais, científica e socialmente, já estão reconhecidos. Disse que, embora o texto do projeto não comprometa significativamente a atividade farmacêutica, o Conselho Regional de Farmácia se fez presente em solidariedade às demais profissões, porque entende que a abordagem tem que ser multiprofissional. Citou como ponto nevrálgico da atividade farmacêutica o exame citopatológico conhecido com Papanicolaou, lembrando que essa atividade é uma das mais antigas do mundo. Assinalou que querem deixar bem claro no texto da lei a garantia de execução dessa atividade, visto que hoje no Brasil há mais de dezenove mil casos por ano de câncer de colo de útero. Reiterou que restringir diagnóstico e prescrição a um único profissional é um desserviço à saúde pública e advertiu que o Conselho Regional de Farmácia vai até as últimas instâncias para garantir a contribuição dos farmacêuticos a cada um dos brasileiros. A **senhora Marilene Wittitz, vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia**, usou da palavra para destacar o quanto este momento simboliza a consolidação do desenvolvimento da integração e da complementaridade entre as diversas categorias, acrescentando que o Conselho Estadual e o Conselho Nacional de Psicologia têm se mobilizado para esclarecer as questões concernentes ao projeto de lei em questão por entenderem que ele fere a autonomia de outras profissões da área da saúde em algum de seus artigos, citando como exemplo o inciso I do artigo 4º, que trata do diagnóstico nosológico e a respectiva prescrição terapêutica, e o inciso XI do mesmo artigo, que trata da determinação do prognóstico relativo ao diagnóstico nosológico. Lembrou que o referido projeto também fere o conceito mundial de saúde e os princípios do SUS e que isso é um retrocesso histórico, tendo em vista o plano de integração e complementaridade que as práticas em saúde vêm desenvolvendo, opinando que o projeto tenta estabelecer uma inaceitável e inconstitucional hierarquização no setor considerando-se os princípios do SUS: a integralidade do cuidado e a descentralização dos serviços. Prosseguindo, disse que o Conselho Estadual e o Conselho Federal de Psicologia reconhecem a regularização da profissão médica no Brasil mas entendem que ela não pode se transformar em sinônimo de conhecimento total da complexa área da saúde humana, por isso exigem a inadiável modificação nos termos do artigo 4º desse projeto de lei, eliminando o pretendido conceito universal de diagnóstico e terapêutica e, em seu lugar, especificando as áreas de atuação do

médico, que realiza de fato o prognóstico, o diagnóstico e a prescrição terapêutica em seu campo de saber. Considerou que a atual formulação do projeto de lei em causa configura muito mais um instrumento corporativista médico do que uma ampla forma de proteção à saúde, além de restringir o direito de acesso à saúde pela população brasileira. Informou que assim como no caso Acupuntura, prática multidisciplinar, o Poder Judiciário também deu ganho de causa ao Conselho Federal de Psicologia quando foi questionado pelo Conselho Federal de Medicina a respeito da regulamentação da prática do psicólogo acupunturista. Ato contínuo, manifestou-se a **senhora Perla Peres, representando o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**, que afirmou que no Brasil existem três tipos vigentes de saúde: a de livre acesso (mais conhecida como particular), a complementar (convênios de saúde) e a pública, informando que com a aprovação do Projeto de Lei 7.703, todos esses tipos de saúde vão entrar em retrocesso. Salientou que os treze profissionais da área da saúde que lutaram durante muitos anos para garantir à população assistência e acesso à saúde de forma integral não vão mais poder trabalhar multiprofissionalmente, uma vez que, pela redação do projeto, vão estar sob a tutela de um único profissional. Registrou, ainda, o seguinte: que a saúde suplementar é descontada no Imposto de Renda e que isso tem impacto na saúde pública, porque os principais recursos em relação à alta complexidade não são pagos pela saúde suplementar, e sim pelo SUS; que o direito agora adquirido pela Fisioterapia, pelas outras profissões e pela Acupuntura, que atuam dentro de uma política nacional de práticas integrativas e complementares, vai ser retirado e limitado a uma ou duas profissões; que o processo de obtenção, fornecimento, avaliação, diagnóstico de órtese e prótese vai ser limitado a somente uma profissão; que os demais profissionais da área da saúde não vão mais poder diagnosticar seu paciente nem prescrever terapêuticamente. Informou que o Conselho Nacional de Saúde e vários representantes dos profissionais da área da saúde já manifestaram seu repúdio em relação ao PL 7.703, destacando que o presidente Lula, no IX Congresso da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, realizado em Olinda, também se manifestou contra a aprovação do referido projeto e disse que queria acompanhar de perto o andamento dele, e que o ministro Temporão, também presente nesse Congresso, declarou que nenhum profissional da área da saúde poderia baixar a cabeça para outro profissional. Prosseguindo, afirmou que os demais profissionais da saúde querem trabalhar com dignidade, sem ser tutelados por uma única profissão, e que o PL vai afetar a terapia ocupacional e, em consequência, todas as pessoas que necessitam desse cuidado específico, como usuários de drogas e pessoas com problema mental. Frisou que o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional quer a autonomia e a manutenção dos direitos dos cento e quarenta mil profissionais que atuam nessa área, uma parcela dos três milhões de profissionais da área da saúde que atuam em todo o território brasileiro. Finalizando, conclamou os estudantes, a população e todos os profissionais da área da saúde a saírem às ruas e a procurarem os seus deputados e senadores para reivindicar a garantia do direito a uma saúde digna neste país. A **senhora Jaçany Borges, representando o Conselho Regional de Enfermagem**, realçou que o projeto de lei, na sua atual formulação, fere a autonomia não só dos profissionais da saúde como também da população, que será prejudicada porque perderá a autonomia de escolher o seu profissional de saúde, considerando o artigo 4º do projeto, que diz que é privativo do médico fazer diagnóstico e definir tratamento de qualquer doença, um dos mais nevrálgicos. Avaliou que isso causará uma demanda ao SUS muito grande porque vai atingir a vida e o bolso do cidadão, que provavelmente irá a mais consultas particulares ou pagará um valor mais alto na mensalidade do seu plano de saúde. Finalizou dizendo que o texto do projeto de lei em foco precisa ser modificado em favor da integralidade e da assistência competente e sóbria ao usuário e que o Conselho Regional de Enfermagem acredita, sim, que a Medicina precisa ter o exercício da sua profissão regulamentado mas sem atingir competências dos demais profissionais da saúde, que dia a dia estão se atualizando para prestar uma melhor assistência na sua área. Na sequência, usou da palavra a **senhora Francine Ferrari, neste ato representando a presidente do Conselho Regional de Nutricionistas - CRN10**, que questionou como e por quem será cumprido o teor desse projeto de lei se existe monopólio mercadológico de uma única profissão, o que vai contra os avanços da interdisciplinaridade. Explicou que o médico vai continuar assinando a guia e a embolsar o valor da consulta, do exame, do diagnóstico, mas quem vai fazer o monitoramento da sonda, por exemplo, continua sendo o nutricionista, quem vai continuar nas campanhas de vacinação nacional e de imunização no final de semana sob o sol vão ser os profissionais da área da saúde, e não o médico, como é citado nesse projeto de lei. Questionou, ainda, como vai ficar a doação de medula, se os médicos vão continuar a embolsar isso enquanto os demais profissionais ficam articulando, monitorando, fazendo. Lembrou que a universidade os ensina a articular o saber fazer, o saber ser, o saber ter e o saber agir, disse que as profissões

da saúde representadas nesta audiência pública fazem isso na ponta e perguntou se os médicos estão fazendo isso também. Salientou que enquanto todo o Planeta caminha na direção de um ser integral, interdisciplinar, num processo de articulação com todas as profissões dentro das suas competências e dos seus limites, esse projeto de lei invade todos os caminhos de evolução da ciência. afirmou que, no caso da Nutrição, esse projeto de lei se sobrepõe a uma lei que já existe, haja vista que a profissão de nutricionista já é regulamentada pela Lei 8.234/91. Concluiu declarando que o Conselho Regional de Nutricionistas - CRN10 não desaprova a regulamentação da profissão do médico, apenas é contra a linguagem articulada e entranhada no PL 7.703. Retomando a palavra, a senhora presidente, deputada Ana Paula Lima, abre o debate para a plenária e concede a palavra à **enfermeira Silvana Maria Pereira, do Coren/SC**, que inicialmente lamentou a ausência de representantes das entidades médicas porque era com eles que gostariam de debater esse tema e era para eles que gostariam de perguntar por que defendem essa tutela para a Medicina, por que estão precisando se proteger desse jeito para garantir a característica do exercício da medicina passando por cima das demais profissões. Expressou o seu desejo de convidar tanto os representantes das entidades médicas como todos os colegas da Medicina para se integrarem com os demais profissionais da área e discutir o trabalho em saúde, fazendo um chamamento para que eles deixem de lado essa tutela e trabalhem em equipe. Lembrou que o desenvolvimento da ciência, da sociedade e das organizações das profissões avançou muito e mudou não só a compreensão sobre a complexidade do processo saúde-doença como a compreensão de como as ações devem ser inseridas. Perguntou-se qual a profissão mais antiga, se medicina ou enfermagem, e citou a professora e pesquisadora Cecília Minayo, que, ao tratar da interdisciplinaridade, disse que a excessiva especialização leva, em última análise, o cientista a ter um olhar limitado sobre o universo dele, ponderando que o especialista tem que se relacionar com os demais campos do saber para um fazer coletivo. Informou que no campo da enfermagem existem protocolos estabelecidos do ponto de vista do Sistema Único de Saúde na ação do Programa Saúde da Família, por meio do qual as enfermeiras realizam consulta de enfermagem, prescrição, solicitação de exames, atenção ao parto. Registrou que participou de um evento nacional realizado pelo Cofen e pela Aben e de um movimento internacional pela realização do parto normal, inclusive por enfermeiras obstetras, e disse que uma enfermeira inglesa contou que a Inglaterra entrou em estado de alerta porque as taxas de cesariana chegaram a 22%, o que provocou naquele país uma reunião das entidades de enfermeiras parteiras com os obstetras para ver o que iriam fazer, revelando que aqui, na Atenção Médica Suplementar, a taxa de cesariana é de 80% a 90% e que nas maternidades públicas é de 30% a 40%. Questionando se isso é qualificação da atenção à saúde da mulher ou uma prática intervencionista, afirmou que querem dialogar com os profissionais médicos e chamá-los para estarem aqui e comporem juntos a equipe de saúde. Finalizou sua manifestação reforçando a necessidade de se chamar os profissionais médicos a uma reflexão crítica sobre o porquê dessa tutela sobre todas as ações profissionais na área da saúde. O **senhor Mayco Moraes Nunes, chefe do departamento de Fisioterapia da Udesc**, usou da palavra para abordar algumas nuances sobre o projeto em questão, aprovado no dia 21 de outubro na Câmara Federal. Perguntou se esse projeto terá validade em todo o território nacional, uma vez que traz alguns regimes de exceção, citando como exemplo o inciso XV do artigo 4º, pelo qual o atestado de óbito, na falta de um médico, pode ser feito por outro profissional. Lembrou que há poucos profissionais de saúde em muitas áreas do Brasil, incluindo-se aí médicos, às vezes ausentes em muitas dessas áreas, ponderando que isso reforça dificuldade de se aplicar essa lei. Salientou que em nenhuma fala se abordou o mérito, ou seja, se realmente é justo dar a uma única profissão a tutela das demais profissões e se eles têm conhecimento de causa para fazer esse tipo de arguição, e questionou se apenas dois dos critérios encontrados na literatura vigente são suficientes para determinar o diagnóstico nosológico. Prosseguindo, destacou a implementação de ações integrativas pelo Ministério da Saúde no sentido de interagir conhecimentos para prestar melhor assistência à população, afirmando que essa soma de saberes diminui custos e facilita o atendimento. Concluiu solicitando que a mesa, se não for modificado o que está sendo exposto, faça sugestões no sentido de ser alterada a Lei 8.080, que cria o SUS, porque ela vai ser impraticável, e que seja colocado em discussão o artigo da Constituição que garante o livre acesso das pessoas à saúde. Em seguida, manifestou-se o **fisioterapeuta Alceu Eduardo Furtado**, que avaliou que a Lei do Ato Médico não trata apenas da regulamentação da profissão do médico, trata essencialmente da regulamentação do mercado de trabalho do médico, salientando que para esse profissional existe hoje no Brasil pleno emprego, o que não acontece para os profissionais de outras áreas. Explicou que a Lei do Ato Médico surgiu da Resolução nº 1.627, de dois mil e um, do Conselho Federal e Medicina, e leu dois parágrafos dessa Resolução que resumem muito bem o que trata a referida Lei: reserva de mercado

de trabalho. Salientou que os médicos devem se atentar única e exclusivamente ao mercado de trabalho que hoje eles têm, e não querer tomar o que as demais profissões da área da saúde conquistaram com empenho técnico e científico, lembrando que a Resolução nº 44, de mil novecentos e noventa e três, do Conselho Nacional de Saúde, e a Lei nº 8.080, de mil novecentos e noventa, que regulamentou o SUS, determinaram que a assistência em saúde fosse interdisciplinar, ou seja, que os conhecimentos na área de saúde se unissem através do campo específico de cada profissão. Finalizou reiterando que não querem invadir o campo do médico, mas também não querem que ele invada outras áreas. A **psicóloga Li (Eliane) Travassos** apresentou inicialmente a proposta de um abaixo-assinado dos profissionais e estudantes das diversas áreas da saúde presentes nesta audiência pública manifestando repúdio ao PL nº 7.703 na forma como está sendo regulamentado e pediu que ele fosse passado entre os presentes. Perguntou-se em que seria baseado o encaminhamento do médico aos outros profissionais, contando que quando fazia terapia corporal, em função de um traumatismo, um médico disse que ela deveria procurar outra linha de terapia porque a que ela estava fazendo não funcionava. Trouxe à tona a questão da Acupuntura, que já foi regulamentada nas diversas profissões de saúde, frisando que não podiam abrir mão disso em hipótese alguma. Disse que viu na Internet alguém perguntando se ia precisar de licença médica para furar a orelha numa farmácia e relatou o seu tratamento com uma médica acupunturista que não tinha tempo suficiente para tirar as agulhas, quem as tirava era a recepcionista, contando que parou o tratamento depois que sangrou o pé e a recepcionista o limpou com o mesmo algodão que havia limpado antes o sangue no chão. Manifestou sua certeza de que os demais profissionais da saúde que fazem curso de Acupuntura têm maior respeito pelas pessoas e disse que a função aqui não é criticar os médicos, que apenas estava reclamando dessa possibilidade de eles serem melhores em tudo. Sobre o fato de os demais profissionais poderem atender somente em caso de emergência, como reza o projeto, questionou se o enfermeiro, por exemplo, só tem competência na hora de atender um paciente em caso de emergência, se depois essa competência desaparece. Finalizando, disse que espera a ajuda de todos para a aprovação do abaixo-assinado. A **acadêmica Aline Ferreira, da nona fase de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina**, perguntou para que está estudando há anos Fisioterapia se não vai ter autonomia para tratar seus pacientes nem para tomar decisões e se alguém sabe se a grade curricular vai sofrer alterações. O **acadêmico André Schultz, representando a Fisioterapia da Univali/campus Itajaí**, observou que até agora não tiveram um debate porque a outra parte envolvida não está presente, que o que se viu na audiência pública foi um consenso pautado pelo bom senso. Destacou que o discurso dos profissionais que atuam na área da saúde é o mesmo dos acadêmicos, ou seja, contra uma lei que, desde a sua concepção, tem um caráter impositivo e limitador a outros profissionais, hierarquizando e verticalizando ainda mais a situação interprofissional na área da saúde, subordinando as demais profissões à classe médica e com pública e notória intenção de reserva de mercado. Manifestou o repúdio da classe que representa a qualquer ato nocivo à autonomia e à liberdade profissional, explicando que isso prejudica a atenção integral à saúde do ser humano e, assim sendo, fere os princípios doutrinários do SUS. Finalizou convocando os acadêmicos presentes a disseminar essa ideia nas universidades, em toda Santa Catarina e, se possível, em todo o Brasil. A **acadêmica Adrinéa Cristina Martins, da Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina**, disse que trabalha há oito anos na sala de vacina e quis saber se o médico vai estar presente lá com ela, uma vez que ele tem que prescrever a vacina que vai ser aplicada. Opinou que o SUS está defasado na unidade de saúde onde trabalha e em outras unidades em função de não haver profissionais suficientes, perguntando se com esse Ato o profissional médico vai estar doze horas por dia durante cinco dias da semana na unidade onde ela trabalha, já que ela não vai poder fazer nenhum procedimento que cabe à sua profissão. Também perguntou se até para prescrever uma punção venosa ou realizar procedimentos mais básicos seria preciso antes um parecer médico. A **senhora Maria Ligia dos Reis Bellaguarda, coordenadora do curso de graduação em Enfermagem da Univali/Biguaçu**, lamentou o fato de nem todos estarem participando do debate e lembrou que esse Ato não se refere só ao ato do fazer, mas ao ato do formar. Questionou como ficará a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, em consequência, a formação do profissional em saúde se esse Ato Médico for aprovado e afirmou que ninguém aqui está interessado em brigas, mas na discussão efetiva para que cada um tenha o seu trabalho regularizado sem interferir no agir do outro e sempre em congruência com a qualidade do atendimento ao usuário dos serviços de saúde. A **senhora Jaira Rodrigues, do Conselho Regional de Psicologia**, informou que o referido Conselho, no VIII Encontro Catarinense de Saúde Mental, realizado de três a cinco de novembro do ano em curso, aprovou não só a discussão do Ato Médico como também uma carta de repúdio, a qual disse que iria encaminhar depois à mesa. Em seguida, apresentou um

vídeo contendo o pronunciamento do presidente Lula no Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, ocasião em que foi aplaudido de pé. Não havendo mais inscritos, a **senhora presidente, deputada Ana Paula Lima**, antes de passar para os encaminhamentos, apresentou a justificativa de ausência do deputado Valmir Comin e reiterou a ausência de representante do Conselho Regional de Medicina, acrescentando que recebeu dele via *e-mail* a confirmação de que se faria representar. Lembrou que já houve debates acalorados nesta Casa sobre o referido projeto de lei, ocasião em que foi tirada uma moção a ser encaminhada ao Congresso Nacional, reforçou que os profissionais da saúde não podem ficar reféns a uma só categoria e avisou que seria projetado num telão o projeto de lei com as alterações feitas, baseadas num estudo jurídico feito pelos vários Conselhos da área da saúde. Salientou que todos os atos dependem da política e que haviam chegado a esse ponto porque a grande maioria dos políticos no Congresso Nacional é de médicos, e nós votamos neles. afirmou também que se chega a esse ponto por falta de informação, já que a maioria dos médicos não leu o projeto, e disse que os profissionais da área da saúde ainda não conseguiram popularizar o projeto em foco, avaliando que é nas entrelinhas da lei que vão estar os problemas futuros. Posicionou-se a favor da regulamentação de todas as profissões mas opinou que não acha justo os profissionais da saúde ficarem reféns de alguns procedimentos. Concordeu com a representante do Conselho Regional de Nutrição quando disse que quem vai fazer o serviço são os demais profissionais da saúde e quem vai ganhar são os médicos. Prosseguindo, registrou que está quase se aposentando na área da enfermagem, lembrou aos estudantes que o futuro deles nesse campo foi aberto a duras penas e destacou a importância do diálogo com a categoria médica. Trouxe à tona a Acupuntura, que querem aprovar agora só para os médicos, prática antes considerada charlatanismo por eles. Abordou a questão das vacinas, sugerindo que todas as profissões ligadas à saúde fiquem de braços cruzados se o projeto de lei for aprovado do jeito que está. Contou que quando exercia a função de enfermeira ficava doze horas no posto de saúde vacinando a população e salientou que deveria constar nesse PL que os médicos é que terão a responsabilidade de estar nos postos de saúde aos sábados (dia de vacinação) para prescrever a vacina. Concordeu com a Li Travassos sobre o abaixo-assinado e com o André sobre a nota de repúdio da Fisioterapia; disse que essa nota de repúdio deve ser apresentada também pelas outras categorias. Sugeriu que se encha a caixa de *e-mail* dos nossos oitenta e um senadores com as dúvidas que se tem, acrescentando que a maioria deles não sabe o que está sendo votado e vota sob pressão, lembrando que pressioná-los é também a função de todos que se fazem presentes. Em seguida, foi projetado na tela o projeto de lei com as alterações feitas pelos vários Conselhos na área da saúde, as quais foram lidas e discutidas com a plenária, que sugeriu algumas inclusões, exclusões e retiradas. Isso feito, a deputada Ana Paula Lima lembrou que esta audiência pública foi realizada de comum acordo com todos os Conselhos, incluindo, embora ausente, o Conselho Regional de Medicina, e partiu para os **encaminhamentos**, quais sejam: remeter diretamente para o Senado essas propostas de mudança ao PL 7.703/06 baseadas no estudo jurídico feito pelos Conselhos e as que porventura venham a ser feitas, dando um prazo até quarta-feira, dia onze de novembro, para que essas alterações sejam realizadas; enviar moção aos senadores de Santa Catarina, ao Ministro da Saúde e ao presidente Lula com o resultado desta audiência pública; fazer uma campanha por meio de *e-mails* aos senadores da República; prosseguir com o abaixo-assinado para fortalecer o movimento pela não aprovação dos senadores desse projeto de lei da forma como está. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente, deputada Ana Paula Lima, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA
PRESIDENTE
*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2194/2009, de 01/12/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 047/2009, obteve o seguinte resultado: **Lote Único - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE Balcão Buffet Refrigerado Destinado ao novo Restaurante da Alesc.** Empresa Vencedora: ELISIANE APARECIDA CARDOSO E CIA LTDA (REFRISUL) Valor do Último Lance: R\$ 11.000,00 Florianópolis, 09 de dezembro de 2009.

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO
Pregoeiro
*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 188/2009

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação n.º 0014/2009, de 08/12/2009.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Editora Conceito Editora Ltda.
OBJETO: Aquisição de 115 (cento e quinze) livros de autoria do escritor e Desembargador Lédio Rosa de Andrade, com o título de "ABAIXO A DITADURA". História do movimento estudantil catarinense 1974 a 1981.
VALOR GLOBAL: R\$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais).
FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, I, da Lei n.º 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório n.º 0074/2009
Florianópolis, 08 de dezembro de 2009.
Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 598/09

Declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Veredas - Coteve, de Laurentino.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Veredas - Coteve, com sede no município de Laurentino.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Rogério Mendonça

Lido no Expediente

Sessão de 09/12/09

JUSTIFICATIVA

A Comunidade Terapêutica Veredas - Coteve, com sede no município de Laurentino, pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos que tem por objetivo prestar assistência e tratamento a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, visando sua recuperação por meio da reabilitação física, psíquica e espiritual, do controle e libertação da dependência química, bem como da reinserção e reintegração à sociedade e ao mercado de trabalho; prestar assistência aos familiares dos dependentes, inclusive outros indivíduos de seu relacionamento que necessitam de auxílio, ou cujo envolvimento se torne imprescindível para o sucesso do tratamento e da reintegração social do dependente, entre outros.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 599/09

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 1337

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a alienar imóveis no Município de Florianópolis".

Palácio Santa Catarina, 03 de dezembro de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 09/12/09

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 408/09

Florianópolis, 24 de novembro de 2009

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Público, por intermédio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, a desafetar e alienar, por venda ou permuta, 22 (vinte e duas) salas comerciais, cada uma com área total de 113,38 m², sendo 78,99 m² de área privativa e 34,39 m² de área comum, perfazendo área total de 2.494,36 m², sendo 1.737,78 m² de área privativa e 756,58 m² de área comum e 08 (oito) garagens, cada uma com área total de 29,59 m², sendo 22,00 m² de área privativa e 7,59 m² de área comum, perfazendo área total de 236,72 m², sendo 176,00 m² de área privativa e 60,72 m² de área comum, situadas na Rua Felipe Schmidt, 755, Ed. Embaixador, Centro, Município de Florianópolis, matriculadas os n^{os} 15.804 a 15.833 no 1^o Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, avaliados em R\$ 3.540.000,00 (três milhões, quinhentos e quarenta mil reais).

A alienação do imóvel tem por objetivo a captação de recursos que deverão ser destinados à aquisição de imóveis, eximindo a Empresa do ônus da locação.

Caberá à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC deflagrar e executar o procedimento licitatório previsto por esta Lei.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

José Nei Alberton Ascari

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0599.0/2009

Autoriza o Poder Executivo a alienar imóveis no Município de Florianópolis.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1^o Fica o Poder Executivo autorizado por intermédio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, a desafetar e alienar, por venda ou permuta, 22 (vinte e duas) salas comerciais, matriculadas sob os n^{os} 15.804 a 15.833, no 1^o Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, avaliadas em R\$ 3.540.000,00 (três milhões, quinhentos e quarenta mil reais), cada uma com área total de 113,38 m² (cento e treze metros e trinta e oito decímetros quadrados), sendo 78,99 m² (setenta e oito metros e noventa e nove decímetros quadrados) de área privativa e 34,39 m² (trinta e quatro metros e trinta e nove decímetros quadrados) de área comum, bem como 08 (oito) garagens, cada uma com área total de 29,59 m² (vinte e nove metros e cinquenta e nove decímetros quadrados), sendo 22,00 m² (vinte e dois metros quadrados) de área privativa e 7,59 m² (sete metros e cinquenta e nove decímetros quadrados) de área comum, situadas na Rua Felipe Schmidt, n^o 755, Ed. Embaixador, Bairro Centro, Município de Florianópolis.

Art. 2^o A alienação do imóvel tem por objetivo a captação de recursos que deverão ser destinados à aquisição de imóveis, eximindo a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC do ônus da locação.

Art. 3^o A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei Federal n^o 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 4^o Cabe à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC deflagrar e executar o procedimento licitatório previsto por esta Lei.

Art. 5^o A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC será representada no ato de transmissão da propriedade pelo Presidente ou por quem for legalmente constituído.

Art. 6^o As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do orçamento da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

Art. 7^o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 600/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1338

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a alienar imóveis pertencentes ao Estado de Santa Catarina".

Florianópolis, 03 de dezembro de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 09/12/09

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 411/09

Florianópolis, 24 de novembro de 2009

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Público a desafetar e alienar, por venda ou permuta, os seguintes imóveis:

I - um imóvel com área de 3.400,00 m² (três mil e quatrocentos metros quadrados), com benfeitorias, contendo a área de 740,00 m² (setecentos e quarenta metros quadrados), matriculada sob o n^o 79.644 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o n^o 00203 no Sistema de Gestão Patrimonial, avaliado em R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);

II - um imóvel com área de 1.038,53 m² (um mil, trinta e oito metros e cinquenta e três decímetros quadrados), com benfeitorias, registrado sob o n^o 18.702 no 2^o Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Mafra e cadastrado sob o n^o 00815 no Sistema de Gestão Patrimonial, avaliado em R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais);

III - um imóvel com área de 560,43 m² (quinhentos e sessenta metros e quarenta e três decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o n^o 8.914 no 1^o Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba e cadastrado sob o n^o 02513 no Sistema de Gestão Patrimonial, avaliado em R\$ 855.000,00 (oitocentos e cinquenta e cinco mil reais).

IV - um imóvel com área de 3.000,00 m² (três mil metros quadrados), com benfeitorias, registrado sob o n^o 20.309 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Caçador e cadastrado sob o n^o 2200 no Sistema de Gestão Patrimonial, avaliado em R\$ 995.000,00 (novecentos e noventa e cinco mil reais).

A alienação dos imóveis tem por objetivo a captação de recursos, visando a aquisição de imóvel para ampliação do espaço físico da Procuradoria Geral do Estado.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

José Nei Alberton Ascari

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 600.8/2009

Autoriza o Poder Executivo a alienar imóveis pertencentes ao Estado de Santa Catarina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1^o Fica o Poder Executivo, autorizado a desafetar e alienar, por venda ou permuta, os seguintes imóveis:

I - o imóvel com área de 2.800,00 m² (dois mil e oitocentos metros quadrados), com benfeitorias, contendo a área de 740,00 m² (setecentos e quarenta metros quadrados), a ser desmembrado de uma área maior matriculado sob o n^o 79644 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o n^o 00203 no Sistema de Gestão Patrimonial, avaliado em R\$ 2.140.000,00 (dois milhões, cento e quarenta mil reais);

II - o imóvel com área de 1.038,53 m² (um mil, trinta e oito metros e cinquenta e três decímetros quadrados), com benfeitorias, registrado sob o n^o 18.702 no 2^o Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Mafra e cadastrado sob o n^o 00815 no Sistema de Gestão Patrimonial, avaliado em R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais); e

III - o imóvel com área de 560,43 m² (quinhentos e sessenta metros e quarenta e três decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o n^o 8.914 no 1^o Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba e cadastrado sob o n^o 02513 no Sistema de Gestão Patrimonial, avaliado em R\$ 855.000,00 (oitocentos e cinquenta e cinco mil reais).

IV - um imóvel com área de 3.000,00 m² (três mil metros quadrados), com benfeitorias, registrado sob o n^o 20.309 no Cartório do Registro de Imóveis Comarca de Caçador e cadastrado sob o n^o 2200 no Sistema de Gestão Patrimonial, avaliado em R\$ 995.000,00 (novecentos e noventa e cinco mil reais).

Art. 2^o A referida alienação tem por finalidade a captação de recursos, visando a aquisição de imóvel para ampliação do espaço físico da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 3^o A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal n^o 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 4^o Cabe à Secretaria de Estado da Administração deflagrar e executar o procedimento licitatório previsto por esta Lei.

Art. 5^o O Estado será representado no ato da permuta pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado
*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 601/09

Declara de utilidade pública o Serviço de Ação Solidária e Cidadã - Travessia, com sede no município de São José.

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública o Serviço de Ação Solidária e Cidadã - Travessia, com sede no município de São José.

Art. 2.º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3.º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,

Deputado Vanio dos Santos

Lido no Expediente
Sessão de 09/12/09

JUSTIFICATIVA

Através da presente proposição, declara-se de Utilidade Pública Estadual o Serviço de Ação Solidária e Cidadã - Travessia, com sede no município de São José. A Entidade tem por finalidade promover a inclusão social da população empobrecida do município de São José, promover estudos e diagnósticos da realidade social das populações empobrecidas entre outros.

O "Serviço de Ação Solidária e Cidadã - Travessia" tem como objetivo "estimular permanentemente a constituição e o fortalecimento de uma Rede Solidária de produtos e de serviços, oriundos de empreendimentos produtivos populares e solidários".

O título de Declaração de Utilidade Pública Estadual almejada por esta Organização tornará apta a usufruir dos benefícios concedidos pelo Poder Público Estadual, ampliando desta forma a capacidade de promover aquilo que objetiva.

Em conformidade com as Leis que dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública Estadual, o presente Projeto de Lei está instruído e legitimado.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela "Serviço de Ação Solidária e Cidadã - Travessia" à sociedade catarinense, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 602/09

Disciplina a venda de ingressos para competições esportivas, apresentações teatrais e musicais, atrações culturais ou quaisquer outros eventos de diversão e lazer.

Art. 1.º Fica disciplinado a venda de ingressos para competições esportivas, apresentações teatrais e musicais, atrações culturais ou quaisquer outros eventos de diversão e lazer.

§ 1.º O limite para aquisição de ingressos e convites para eventos, competições esportivas, apresentações teatrais e musicais, atrações culturais ou quaisquer outros eventos de diversão e lazer fica limitado a três unidades por CPF - Cadastro de Pessoa Física.

§ 2.º Os promotores de eventos apoiados, patrocinados subvencionados pelo poder público deverão manter por 30 (trinta) dias o cadastro dos adquirentes dos ingressos, contento número de CPF e quantidade de ingressos adquiridos.

Art. 2.º Os promotores e organizadores dos eventos que trata esta lei são responsáveis pelas medidas necessárias para inibir o acesso e a venda de ingressos por cambistas.

§ 1.º É considerada ação praticada por cambista vender ou expor à venda, por preços superiores aos fixados oficialmente pelas entidades promotoras do evento ou fora dos padrões oficialmente estabelecidos, os bilhetes e ingressos para acesso aos eventos que trata essa lei.

§ 2.º Facilitar ou favorecer o trabalho dos cambistas, por meio do repasse ou venda de ingressos, mediante promessa de vantagem de qualquer espécie ou remuneração indevida.

Art. 3.º A desobediência ao disposto nesta lei acarretará multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a ser cobrada em dobro em caso de reincidência.

Art. 4.º O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, fiscalizará o cumprimento desta Lei.

Art. 5.º Os promotores e organizadores dos eventos que trata esta lei deverão dar publicidade no material promocional do evento.

Art. 6.º Os organizadores e promotores dos eventos terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para adequação aos dispostos desta Lei.

Art. 7.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente
Sessão de 09/12/09

JUSTIFICATIVA

O presente projeto vai dificultar a ação de cambistas na venda dos ingressos para competições esportivas, apresentações teatrais e musicais, atrações culturais ou quaisquer outros eventos de diversão e lazer.

A exploração dos cambistas configura-se como crime contra a economia popular. Mesmo assim, por deficiência nos mecanismos de fiscalização a prática está presente em todos os locais onde existem eventos de grande interesse.

O presente projeto vai evitar que uma mesma pessoa adquira ingressos em excesso, dividindo a responsabilidade entre os organizadores e patrocinadores dos eventos.

A ação praticada por cambistas enquadra-se no crime contra a economia popular tipificado na Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951 *Penas: detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. Para efeitos penais, especular contra a economia popular equivale a valer-se de posição ou circunstância favorável para obter vantagem ilícita de uma comunidade.*"

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares, para sua efetiva aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 603/09

Declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Rio do Sul, de Rio do Sul.

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Bombeiros Voluntários de Rio do Sul, com sede no município de Rio do Sul.

Art. 2.º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3.º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente
Sessão de 10/12/09

JUSTIFICATIVA

A Associação de Bombeiros Comunitários de Rio do Sul, tem sua sede no município de Rio do Sul e é uma associação civil, sem fins lucrativos, com atuação junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, e tem por objetivo promover a participação da comunidade no Corpo de Bombeiros do Estado, em forma de cooperação e de forma voluntária, de acordo com o que preceitua a legislação sobre o serviço voluntário, apoiando a organização oficial de bombeiros estatal, na execução de serviços de combate a incêndios, busca e salvamento, socorros de urgência, prestação de socorros em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas na área de circunscrição do município.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0604.1/2009

Proíbe a construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) em trecho do rio Cubatão do Sul, localizado nos municípios de Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz.

Art. 1.º Fica proibida a construção de Pequenas Centrais

Hidroelétricas (PCHs), no trecho do rio Cubatão do Sul, compreendido entre o Salto do Armagedon, localizado no município de Águas Mornas, e o Salto do Rio Cubatão, localizado no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Art. 2º A proibição a que se refere o artigo anterior permanecerá independentemente da concessão das licenças ambientais pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) e pela Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (Fatma).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Dirceu Dresch
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Jailson Lima
Deputado Padre Pedro Baldissera
Deputado Pedro Uczai
Deputado Vânio dos Santos

Lido no Expediente
Sessão de 10/12/09

JUSTIFICATIVA

O Rio Cubatão do Sul se constitui no principal afluente da bacia hidrográfica que abrange os municípios de Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas, classificada como estratégica para o abastecimento da Grande Florianópolis com água potável de qualidade, beneficiando mais de 800.000 (oitocentas mil) pessoas.

Também naqueles municípios, o turismo é uma importante atividade sócio-econômica, gerando centenas de empregos diretos e indiretos. Neste contexto, sobressai-se o turismo de aventura e o ecoturismo, em especial o *rafting*, que se constitui numa prática de lazer que utiliza botes infláveis para navegar em corredeiras ou trechos encachoeirados de rios.

Segundo dados da Secretaria de Turismo (SOL) e SANTUR, a prática deste segmento coloca Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas como um dos principais destinos turísticos do Brasil nesta modalidade, além de contribuir à escolha do Estado pelo terceiro ano consecutivo de melhor estado do Brasil para o turismo, segundo pesquisa da Revista Viagem e Turismo. Nos últimos anos, estes municípios têm recebido visitantes de mais de 30 países que se encantam com seus atrativos naturais e buscam a prática do turismo de natureza.

Cabe ressaltar que o Rio Cubatão do Sul é o último rio do Estado onde é possível desenvolver o *rafting* em condições naturais, sobretudo no trecho do rio compreendido entre o Salto do Armagedon, localizado no município de Águas Mornas e o Salto do Rio Cubatão, localizado no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Recentemente, o projeto de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) no trecho do rio citado vem ameaçando o patrimônio ambiental existente e a atividade turística ali desenvolvida. O uso da água para geração de energia elétrica se mostra, portanto, incompatível com o modelo de desenvolvimento escolhido pela população destes dois municípios, baseado na preservação do meio ambiente e no bem estar social, na descentralização econômica e dos serviços prestados, na valorização da cultura e saberes locais. A instalação de PCHs comprometeria diretamente diversos segmentos voltados para o atendimento dos visitantes, com reflexos negativos na economia da região e na qualidade de meio ambiente. Isto é, não é somente o ecoturismo e especificamente as atividades de *rafting*, rapel, caminhadas, etc. que seriam afetados, mas toda uma cadeia de serviços ligados a restaurantes, sorveterias, padarias, mercados, pousadas, pesque pagues, hotéis, postos de combustíveis, bancas de revistas, artesãos, taxistas, oficinas mecânicas, etc.

Este Projeto de Lei tem por objetivo a proibição da construção de PCHs no Rio Cubatão do Sul, a exemplo do que foi instituído pelo PL 501.6/2009, que proibiu a construção de PCHs a montante do Parque de Sete Quedas do Rio Chapecó, em Abelardo Luz/SC. Nosso intuito, é proteger um patrimônio socioambiental que já é parte da identidade local e regional e matéria-prima de atividades econômicas que são muito mais expressivas em termos de geração de renda e postos de trabalho do que os empreendimentos hidrelétricos que estão sendo projetados.

Em face destas considerações, esperamos contar com a sensibilidade e o apoio dos Senhores Deputados desta Casa para a aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº 005/09 EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUERIMENTO RQS/1998.3/2009

O Deputado que este subscreve, com amparo no art. 40 do Regimento Interno, **REQUER** a constituição do Fórum Parlamentar da Economia Solidária em Santa Catarina.

A Economia Solidária é um campo relativamente recente, que ganhou corpo no mundo a partir da década de 80 e cujo crescimento significativo veio a partir deste século, o que enseja debates e aprofundamentos sobre a questão em diversos setores da sociedade. Além disso, a Campanha de Fraternidade de 2010, cujo tema é "Economia e Vida", inclui esta temática em sua proposta de reflexão, o que amplia ainda mais a importância do debate sobre a Economia Solidária dentro dos mais diversos espaços sociais, entre eles o Legislativo.

Portanto, este Fórum terá o papel fomentador da Economia Solidária como um processo social, e realizará uma intervenção propositiva por parte do parlamento catarinense, demonstrando a sua relevante e específica preocupação com um setor que hoje representa milhares de iniciativas, geradoras de emprego, de renda e garantindo a dignidade a milhares de pessoas.

Sala das Sessões, em
Deputado Padre Pedro Baldissera
Deputado Vânio dos Santos
Deputado Sargento Soares
Deputado Antonio Aguiar
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Sílvio Dreveck
Deputado Rogério Mendonça
Deputado Cesar Souza Jr.
Deputado Edson Piriquito
Deputado Reno Caramori

APROVADO EM SESSÃO de 09/12/09

*** X X X ***

RETIFICAÇÃO DE RELATÓRIO E VOTO

RETIFICAÇÃO DO RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI Nº PL/0403.5/2009

Projeto de Lei: 0403.5/2009

Origem: Poder Executivo

Ementa: "Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2010."

Relator: Deputado Darci de Matos

PARECER CONCLUSIVO

Senhor Presidente,
Senhora Deputada,
Senhores Deputados,

No Parecer Conclusivo deste Relator, **onde se lê**: "Conforme Anexo I, foram apresentadas 252 (duzentos e cinquenta e duas) emendas ao PL 0403.5/2009, sendo 66 (sessenta e seis) de Bancada, 137 (cento e trinta e sete) de parlamentares, 49 (quarenta e nove) de Relator, destas, 45 (quarenta e cinco) são prioridades das Audiências Públicas do Orçamento Regionalizado, 01 (uma) do Poder Executivo, e 03 (três) rejeitadas e 02 (duas) acatadas."

E no subitem 2.1.1 **Das Emendas parlamentares**, onde **lê-se**: "189", **leia-se**: "190".

No subitem 2.1.3 **Das Emendas do Realator** Onde **lê-se**: "Esta Relatoria apresentou 49 (quarenta e nove) emendas, destas, 10 (dez) referente às prioridades elencadas nas Audiências Públicas Regionais de 2009 para a LOA 2010, não contempladas na peça orçamentária, 35 (trinta e cinco) são prioridades das Audiências Públicas anteriores que foram excluídas pelo Poder Executivo; 03 (três) subscritas por esse Relator, sendo 02 (duas) rejeitadas e 01 (uma) acatada."

Leia-se: " Esta Relatoria apresentou 50 (cinquenta) emendas, destas, 10 (dez) referente as prioridades elencadas nas Audiências Públicas Regionais de 2009 para a LOA 2010, não contempladas na peça orçamentária, 35 (trinta e cinco) são prioridades das audiências Públicas anteriores que foram excluídas pelo Poder Executivo; 05 (cinco) subscritas por este Relator. sendo 03 (três) rejeitadas e 02 (duas) acatadas."

Sala da Comissão, 09 de dezembro de 2009.

Deputado Darci de Matos

Relator

*** X X X ***